

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

O SILÊNCIO DO MARQUÊS!

Já era de prever que os resultados das eleições para a Câmara Municipal de Lisboa dessem origem aos mais variados comentários e fossem fonte inesgotável para análise dos politólogos.

Eleição com doze candidatas, mas principalmente com duas candidaturas ditas independentes, só poderia baralhar os resultados tradicionais. Assim não vimos ninguém ficar sequer perto da maioria absoluta, mas vimos os independentes alternarem, ombro a ombro, com candidaturas partidárias e um partido parlamentar nem lograr eleger um vereador...

O PS venceu as eleições, elegendo António Costa para Presidente. Ficou porém a três vereadores da maioria absoluta tão reclamada. Ao centro, o PSD e as candidaturas independentes de Carmona Rodrigues e Helena Roseta elegeram oito vereadores, sendo três cada os dois primeiros e dois a última. À direita, o CDS/PP não conseguiu eleger qualquer vereador mas à esquerda, a CDU e o Bloco conseguiram manter os seus vereadores, dois para a CDU e um para o BE.

A abstenção, porém, subiu a níveis inigualáveis, embora imagináveis!

Mais de 62% dos eleitores lisboetas decidiu fazer gazeta a estas eleições intercalares, punindo todos os participantes e os seus esforços para governar Lisboa. As consequências são terríveis, principalmente se pensarmos que, em seu resultado, António Costa só foi realmente eleito por uns míseros 10% dos eleitores...

O PSD foi também penalizado, a crescer ao facto de não ter conseguido explicar as razões de princípio que o levaram a retirar o apoio a Carmona.

Mas a elevadíssima abstenção e o voto de igual protesto nos partidos, que as candidaturas independentes receberam, em conjunto, significam que a nossa Democracia merece uma urgente reflexão!

Marques Mendes e Paula Teixeira da Cruz já deram o pontapé de saída para essa reflexão, ao anunciarem novas eleições para os respectivos órgãos partidários. Espera-se que a campanha eleitoral que se segue potencie uma discussão inteligente e profunda sobre as razões da crise e conclusões seguras sobre a forma de renovar o sistema partidário português. O país precisa de um PSD forte para 2009!

O que sinceramente espero que não suceda é uma fuga para a frente do aparelho partidário, em cegueira total e auto flagelação, ignorando as vozes do país e as sombras do tempo novo que surge, regressando a passadismos populistas. A credibilização do sistema que tanto tem demorado a acontecer e bandeira de Marques Mendes, não pode cair por terra apenas com um primeiro abanão.

Veja-se como o Povo de Lisboa pressentiu tão rapidamente a nova realidade, que, apesar da vitória do PS no domingo passado, após seis anos fora do poder lisboeta, soube deixar sem festejos, sem bandeiras, nem buzinações, em total silêncio, a rotunda do Marquês de Pombal!

No rescaldo das eleições em Lisboa

Agradecimento especial a Fernando Negrão.



Directas no futuro próximo

Destaques:

Marques Mendes vai a "Directas" no futuro próximo

Pag. 2 e seguintes

Fernando Negrão agradece apoio do Presidente e da sua Mandatária e anuncia filiação no PSD

Em "Momento Político-intercalares"

Agostinho Branquinho ataca "centralismo desenfreado" do Governo PS

Em «Parlamento»

No rescaldo das eleições em Lisboa Agradecimento especial a Fernando Negrão. Directas no futuro próximo

Os Lisboa votaram e o Partido Socialista ganhou a eleição. Democraticamente, quero felicitar o Dr. António Costa pela vitória alcançada.

O PSD disputou esta eleição em condições particularmente difíceis. Mesmo assim, o candidato apoiado pelo PSD – o Dr. Fernando Negrão - e os militantes do Partido merecem uma palavra muito especial de agradecimento.

Agradeço aos sociais-democratas da capital. Na sua grande maioria, os nossos militantes e simpatizantes foram extraordinários de empenhamento, energia e dedicação. Quero agradecer também à Comissão Política Distrital. A Distrital e em particular a sua presidente, Dra. Paula Teixeira da Cruz, tiveram uma atitude impecável de apoio, empenho e solidariedade. Quero agradecer à Dra. Manuela Ferreira Leite. A Dra. Ferreira Leite não apenas aceitou ser mandatária desta candidatura como teve uma presença activa em toda a campanha e deu um apoio constante ao nosso candidato, o que foi particularmente importante.

E quero agradecer, especialmente, ao Dr. Fernando Negrão. Fernando Negrão foi um grande candidato e fez uma campanha notável. Mostrou coragem, competência, espírito de liderança e disponibilidade para o combate político. Entre ele e os Lisboa estabeleceu-se uma evidente relação de simpatia. Fernando Negrão não ganhou a eleição. Mas, pela sua atitude determinada e credível, Fernando Negrão ganhou o respeito e a admiração dos sociais-democratas e de milhares e milhares de Lisboa que não são do PSD.

Estou-lhe, por isso, imensamente grato e muito orgulhoso da sua



candidatura.

*

O resultado eleitoral alcançado é mau. A responsabilidade é minha e assumo-a por inteiro.

A queda da Câmara, fruto de uma situação de paralisia e ingovernabilidade, foi uma decisão muito difícil. Eu era o primeiro interessado em que tal não

acontecasse. Mas, em democracia, o poder não é tudo. Tal como não queremos conquistar o poder a qualquer preço, também não o devemos manter a qualquer custo. Há princípios, valores e regras a respeitar. Já o demonstrei com outras decisões tomadas nas Autárquicas de 2005. É uma questão de credibilidade. Considero que é assim que se pode ajudar a restaurar a confiança na política e a melhorar a qualidade da nossa democracia. Não me desviarei deste caminho.

Assumir a responsabilidade não significa desertar ou desistir. Estamos a meio de um ciclo político. Um ciclo faz-se de vitórias e derrotas. Não vencemos agora, nesta eleição atípica e intercalar. Mas nos últimos dois anos vencemos todas as disputas eleitorais em que estivemos envolvidos - as Autárquicas, as Presidenciais e as Regionais da Madeira.

Em qualquer caso, o grande e decisivo julgamento é em 2009. Nas eleições legislativas de 2009. Foi a

pensar no desafio de 2009 que fui eleito. É nesse objectivo que temos de concentrar cada vez mais as nossas energias.

E para nos concentrarmos a sério no País, não podemos conviver com equívocos internos. Daí a necessidade de clarificar. Temos de estar apenas empenhados na luta pelos nossos ideais no combate aos nossos adversários. Não podemos estar permanentemente a gastar energias com lutas de mera disputa de poder interno.

É esta a razão que me leva a anunciar que vou propor aos órgãos do PSD a antecipação das eleições directas para a liderança do Partido, onde serei naturalmente candidato.

Julgo que esta é a melhor solução para o Partido. E eu coloco os interesses do Partido acima de qualquer interesse pessoal. Só desta forma o Partido pode ser útil ao País e ter em 2009 um projecto alternativo à governação socialista que desilude um cada vez maior número de Portugueses. – Sede Nacional, 15 de Julho de 2005



Declaração do Presidente no dia 12 em conferência de imprensa na sede nacional a propósito da Universidade Atlântica



Fui durante 3 anos Presidente da Direcção da Universidade Atlântica cargo que exerci até Abril de 2002, data em que iniciei funções governativas.

Quando tomei posse na Universidade Atlântica, em Julho de 1999, a Comissão de Remunerações daquela Instituição, entidade à qual eu era inteiramente alheio, fixou para o Presidente da Direcção uma remuneração mensal no valor de 750 contos.

Ou seja, de acordo com esta deliberação, durante os 33 meses do exercício daquelas funções eu deveria ter auferido um total de 28.500 contos.

Ora, a verdade é que recebi muito menos do que aquele valor.

Recebi apenas cerca de 16.000 contos. Embora o próprio “Correio da Manhã” até já tivesse referido um valor inferior.

Ou seja, recebi menos 12 mil contos do que estava previsto. Pouco mais de metade do montante que estava inicialmente deliberado.

A drástica redução de valores tem uma única explicação: a Universidade Atlântica estava, à data, em situação de falência técnica, com graves dificuldades para pagar mesmo os salários dos seus trabalhadores.

Constatada esta situação, foi entendido que era impossível pagar a remuneração deliberada tendo ficado acordado que só havia possibilidade de pagar despesas de representação e

senhas de presença às reuniões e mesmo assim só quando a tesouraria o permitisse.

É esta a razão pela qual em 1999 não recebi qualquer montante. Em todo o ano de 2000 foi-me feito um único pagamento em Dezembro. Em 2001 foram-me feitos 2 pagamentos, um em Julho e outro em Dezembro. Em 2002 foi-me feito um último pagamento à data de cessação de funções.

Aqui chegados, importa dizer que a tese do Correio da Manhã é falsa e é absurda.

Segundo este jornal, eu transformei aquilo que seria um recebimento de 750 contos mensais em recebimentos de senhas de presença com vista a fugir ao pagamento dos descontos à segurança social. É falso. Não transformei nada e tudo o que recebi da Atlântica foi sujeito aos devidos descontos legais.

Para além de falso é absurdo.

Então eu, ou alguém no seu perfeito juízo, abdicaria de receber cerca de 12.000 contos só para evitar pagar cerca de 3.000 contos à segurança social?

Isto faz algum sentido?

Cabe na cabeça de alguém?

É evidente que não!

Tudo é por isso muito claro. Não houve qualquer fuga a pagamentos à segurança social.

Mais, em face da deliberação inicial, e por causa da difícil situação financeira da universidade, o único

prejudicado fui eu que recebi muito menos do que estava previsto desde o início.

Sai da Universidade Atlântica há mais de cinco anos. Durante todo este tempo, nenhuma entidade pública ou privada, o fisco, a segurança social, a Câmara Municipal de Oeiras ou outro accionista, fez qualquer reparo a esta situação ou me notificou de qualquer irregularidade.

Mais, as contas da Universidade relativas aos anos de 1999 a 2002 foram sempre auditadas por um Revisor Oficial de Contas e foram sempre aprovadas pelos accionistas em Assembleia-Geral.

O Correio da Manhã vai ainda mais longe. Acha que havia incompatibilidade entre o exercício do mandato de Deputado e as funções de Presidente da Direcção de uma entidade privada.

É falso.

Não houve qualquer incompatibilidade. Cumpri, além de mais, todas as formalidades legais indispensáveis. Declarei as minhas funções no Registo de Interesses na Assembleia da República, deixei de ser deputado em regime de exclusividade e todos os rendimentos respectivos foram inseridos na competente Declaração apresentada no Tribunal Constitucional.

Tal como não fugi ao cumprimento da Lei, também não

fui hoje a dar esta explicação ao País. Uma explicação que entendo obrigatória dada a minha qualidade de Presidente do maior Partido da Oposição.

Aliás, sei bem que esta notícia e o relevo que lhe é dado, não pretende atingir o cidadão Luís Marques Mendes. Pretende sim atingir o líder do PSD.

E também sei que não é por acaso que estas notícias saem a poucos dias de eleições em Lisboa e depois do PSD ter feito severas denúncias de comportamentos políticos do Governo e no âmbito da campanha de Lisboa.

Sei que algumas denúncias políticas que fiz são incómodas. Sei que ao denunciar pus o dedo na ferida de algumas situações. Sei que há sempre a tentação, ainda que com falsidades, de fazer retaliações.

Mas uma coisa quero deixar claro: se esta ou outras notícias do mesmo género visam intimidar-me ou condicionar a minha acção política, desenganem-se.

Continuarei a denunciar tudo o que tiver que denunciar. Continuarei a decidir o que tiver que decidir. Fiel aos princípios e valores em que sempre acreditei.

Feito este esclarecimento, informo que vou entregar este assunto ao meu advogado.

- Na sede Nacional, a 12 de Julho

Campanha de cartazes denuncia clima de perseguição instaurado pelo Governo

Porto e Vieira do Minho foram os locais de lançamento de uma série de 18 cartazes em que se pede aos portugueses que não tenham medo do clima de intimidação e perseguição no país, e, em particular, na administração pública. «Não tenha medo. Se o Governo o quer calar, nós falamos por si», anuncia a mensagem principal do outdoor. Em rodapé, com letras a amarelo, pode ler-se: «Todos diferentes, todos livres».

O secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, presente no acto de inauguração do Porto, explicou que o PSD vai colocar, ao longo dos próximos dias, um cartaz similar em cada distrito, escolhendo locais próximos de serviços associados aos alegados actos de intolerância.

No Porto, o cartaz foi colocado nas imediações da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), «local onde aconteceu uma das primeiras situações de perseguição dentro da administração pública», lembrou Miguel Macedo, referindo-se à suspensão de funções na DREN do professor Fernando Charrua.

Em Vieira do Minho, o outdoor foi colocado perto do Centro de Saúde, onde a ex-directora, Maria Celeste Cardoso, foi exonerada por não ter retirado das instalações do centro um



cartaz contendo declarações do ministro Correia de Campos.

De acordo com o secretário-geral do PSD, esta iniciativa visa passar uma mensagem de denúncia da

situação de intimidação, perseguição e do clima de medo que se está a gerar na administração pública. «O PSD sempre foi um partido de liberdade e de tolerância e não vai baixar os

braços em relação a situações que têm suscitado manifestações de preocupação de muitos sectores da sociedade portuguesa», sublinhou Miguel Macedo.

Financiamento das infraestruturas rodoviárias

O PSD admitiu pedir um parecer ao Banco de Portugal sobre o novo modelo de financiamento da rede rodoviária nacional, a cargo das Estradas de Portugal (EP), que classifica como “um truque” e uma operação de “engenharia financeira”.

“O objectivo do Governo com este diploma é claro: retirar do perímetro das Administrações Públicas a EP, que deixará, assim, de contar para o cálculo do défice público”, afirmou o vice-presidente da bancada do PSD Miguel Frasquilho, em conferência de imprensa, no Parlamento

Considerando que a intenção do Governo não é mais do que “uma engenharia financeira, uma clara operação de desorçamentação e uma tentativa de desonerar o défice público”, Miguel Frasquilho recordou que a EP voltou “ao perímetro das Administrações Públicas após o parecer da Comissão Constâncio

para a análise das contas públicas”.

Por isso, acrescentou, “tem agora total cabimento perguntar qual é a posição do Banco de Portugal e, nomeadamente, do seu governador sobre esta operação”.

“Não pode haver aqui dois pesos e duas medidas”, sublinhou, insistindo que o PSD “quer conhecer qual a posição do Banco de Portugal”.

Questionado sobre se os social-democratas admitem pedir um parecer ao Banco de Portugal sobre o novo modelo de financiamento da rede rodoviária nacional, o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD admitiu que sim.

“É uma possibilidade”, disse.

O Governo aprovou, a 14 de Junho, a criação de uma taxa para financiar a rede rodoviária nacional, reduzindo em contrapartida o Imposto Sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos (IFPE), e a abertura da empresa EP a privados.

Em causa está uma contribuição que será paga pelos consumidores de combustíveis, que será de 6,4



cêntimos por cada litro de gasolina e de 8,6 cêntimos por cada litro de gasóleo.

Durante o debate da proposta do Governo, em plenário da Assembleia da República, o secretário de Estado do Tesouro, Costa Pina, Costa Pina

rejeitou a audição do Banco de Portugal sobre o novo modelo de financiamento da EP, alegando que esta entidade “não tem qualquer competência no sector rodoviário”.

- Gab.Imp. PSD

Resultados eleitorais castigam o PSD mas não fazem baixar o moral dos dirigentes. Negrão vai tomar posse, já como militante do PSD

Centenas de militantes e simpatizantes do PSD e da campanha de Fernando Negrão para as eleições intercalares, reuniram-se na Sede Nacional, na Rua de São Caetano, para aguardar e comentar os resultados.

Quando estes foram conhecidos – primeiro em sondagens à boca das urnas pelos mais importantes órgãos de Informação, depois oficialmente pelo STAPE - verificou-se que os votos obtidos pelos partidos do arco governamental de Lisboa tinham sido:

PS – 57,905
 Carmona Rodrigues (Indep.) – 32.734
 PSD – 30.855
 Helena Roseta (Indep.) – 20.006
 PCP-PEV – 18.681
 BE – 13.348
 CDS/PP – 7.258

A estes votos correspondiam os 17 mandatos de vereador em disputa, distribuídos assim:

PS, 6
 CR, 3
 PSD, 3
 HR, 2
 PCP, 2
 BE, 1
 CDS, 0

Os detalhes, segundo os STAPE, seguem abaixo:

RESULTADO: LISBOA

Freguesias apuradas	53
Freguesias por apurar	0
Total de mandatos a atribuir	17

Inscritos	524248	
Votantes	196041	37.39%
Em Branco	4549	2.32%
Nulos	3096	1.58%

Estava, desta forma, encerrado o acto eleitoral e pouco depois, o nosso candidato, Dr. Fernando Negrão, que se tinha batido denodadamente em circunstâncias à partida muito adversas e que chegou a ter sondagens que o davam apenas com dois vereadores, terminava com um resultado que é praticamente um empate técnico para o segundo lugar. Fernando Negrão falaria pouco depois para a Comunicação Social e mais tarde, também o nosso Presidente, Luis Marques Mendes, marcaria a sua posição (Leia em “Actividades do Presidente”, no jornal semanal e em “Artigo de Capa” em “Povo Livre Online”. – **A Redacção**

*

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa reconheceu que uma das razões da sua derrota nas eleições foi o facto do eleitorado ter entendido que o partido «devia ser castigado».

Fernando Negrão, que terminou a sua declaração anunciando que na próxima semana irá inscrever-se como militante do partido, apontou ainda o elevado nível de abstenção como uma das razões para os resultados alcançados pelo PSD nas eleições intercalares para a Câmara de Lisboa.

«Foram umas eleições peculiares», acrescentou ainda Fernando Negrão, que estava acompanhado por alguns dos elementos da sua lista, como o número dois, José Salter Cid.

«Assumo as minhas responsabilidades», acrescentou, insistindo que foram umas eleições que decorreram «em condições difíceis» mas em que tudo foi feito.

Agradecendo ao PSD «todo o apoio prestado», Fernando Negrão endereçou uma «particular saudação» à mandatária da sua candidatura, a

PS - António Luís Santos da Costa - Presidente			
	Votos	%	Mandatos
PS	57907	29.54	6
I	32734	16.70	3
PPD/PSD	30855	15.74	3
II	20006	10.21	2
PCP-PEV	18681	9.53	2
B.E.	13348	6.81	1
CDS-PP	7258	3.70	-
PCTP/MRPP	3122	1.59	-
P.N.R.	1501	0.77	-
PND	1187	0.61	-
MPT	1052	0.54	-
PPM	745	0.38	-

Presidente da Mesa do Congresso do PSD e antiga Ministra, Doutora Manuela Ferreira Leite.

O candidato social-democrata disse ainda que irá assumir o lugar que conquistou como vereador no executivo camarário.

No seu discurso, Fernando Negrão felicitou o vencedor das eleições, António Costa, «para a difícil e decisiva missão» que irá ter pela frente.

Questionado sobre as consequências que esta derrota irá ter para o partido, nomeadamente para a direcção de Marques Mendes, Fernando Negrão escusou-se a fazer qualquer comentário, lembrando que não é militante do partido.

O “Site” da Campanha, inseria um breve comunicado, no qual afirmava que “...A candidatura “Lisboa à frente” agradece o apoio

entusiástico de todos os lisboetas e saúda a vitória do Dr. António Costa. Fernando Negrão e o PSD continuarão a lutar pela resolução dos problemas da cidade. Não nos resignaremos de fazer de Lisboa uma cidade competitiva e atraente, moderna e bonita, justa e solidária.”

A comunicação de Fernando Negrão anuncia a sua decisão de se fazer militante do nosso Partido

«O Povo de Lisboa entendeu que o Partido Social-democrata deveria ser punido nestas eleições. Eu compreendo isso, eu aceito isso, e há que assumir as nossas responsabilidades – e eu assumo.

«Aceitei ser candidato pelo PSD, em condições reconhecidamente difíceis, mas convicto de que tinha um projecto para Lisboa. Dei tudo o que

tinha a dar em defesa desse projecto.

«Foram totais o meu empenho e a minha entrega pessoal, à campanha bem como aos objectivos do PSD.

«Assumirei o meu lugar de vereador, fazendo uma campanha exigente mas com sentido construtivo», afirmou.

A uma pergunta que visava saber a sua opinião sobre os efeitos deste resultado no interior do Partido, respondeu: «Eu não sou militante do PSD, portanto, essas condições são-me alheias.

«No entanto, posso dizer-vos que na próxima semana, quando assumir as minhas funções como vereador, o farei, então sim, como militante do PSD»

Uma grande e prolongada salva de palmas marcou o fim da intervenção de Fernando Negrão – **Fontes: Lusa e Redacção, Fotos Luís Saraiva**

Chão da Lagoa

Alberto João Jardim (*)

Domingo, 29 de Julho, no planalto do Chão da Lagoa, a mil e quinhentos metros de altitude, sobre as serras e vales da ilha, o Povo Madeirense celebra a sua Autonomia Política, conquistada com o 25 de Abril.

É a Festa da Autonomia.

Todos os anos, por esta ocasião, várias dezenas de milhar de Cidadãos da Madeira e do Porto Santo, muitos Portugueses do Continente e dos Açores então de visita, Emigrantes que vêm a férias, e até Turistas estrangeiros, deslocam-se a este que é um dos cumes da agressiva orografia da ilha, para festejar as Liberdades conquistadas.

Festejá-las e reafirmá-las.

Em Paz e Alegria, como é intrínseco da idiossincracia do Povo Madeirense.

E que tem, também, muito da Ousadia assumida que nos caracteriza, a qual sempre nos empurrou para o risco, para a tenacidade e para o sucesso, quando os contextos tal propiciam.

O arquipélago da Madeira foi tratado como mais uma colónia de um Portugal imperial, centralizado em Lisboa, até à Constituição democrática de 1976. Tudo era decidido, optado ou nomeado pelos interesses político-económicos entrenchados na capital imperial. Os estudos histórico-financeiros desenvolvidos por pessoas insuspeitas, comprovam que, durante mais de cinco séculos, à volta de dois terços do que as populações da Madeira e do Porto Santo produziram com o seu suor, foi sonogado para Lisboa, e pela capital usado nas políticas que lhe apeteceu.

O que aliás conduziu à situação de, a quando do 25 de Abril, a Região ser então a mais pobre de Portugal.

Hoje, por razões políticas do tempo presente e deturpando a História, a propaganda do actual Sistema político, imposto a partir de Lisboa, «inventou» que os Madeirenses se desenvolveram e vivem «à custa do Continente».

Trata-se de uma mentira suja para apagar a exploração violenta de mais de cinco séculos, bem como para Lisboa arranjar uma falsa «justificação» tola ante o abandono a que vem votando diversas áreas de Portugal continental.

Trata-se de uma irresponsabilidade face à obrigação cívica do reforço da coesão nacional em todo o território português, na medida em que a propaganda do Sistema político, assim, faz comodamente de uma parcela pátria, que não lhe é dócil, uma espécie de



«inimigo interno», para ludibriar os mais incautos.

Até a entrega à Região Autónoma da Madeira, dos montantes que eram devidos pelas privatizações no seu território – Estatuto Político-Administrativo que é uma lei DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – foi transformada em «o Continente pagar as dívidas da Madeira»!

Como as transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento da Região Autónoma, resultantes de verbas geradas no arquipélago, mas fiscalmente cobradas em Lisboa, a mentira e a aldrabice institucionalizadas na ex-capital do Império abandonado em fuga, transformaram em «dávivas» lisboetas, por artes de ilusionismo.

Sobre tudo isto, transcrevo uma pequena parte de uma entrevista do insuspeito Juiz Conselheiro Antero Monteiro Diniz, Representante da República para a Madeira, ex-Secretário de Estado no I e II Governos constitucionais (Dr. Mário Soares), na Presidência do Conselho de Ministros, e ex-Magistrado do Tribunal Constitucional, acerca da divulgada parvoíce de «a Madeira viver à custa do Continente», revista cultural «Íslenha» que se publica na Região, nº 40, semestre Janeiro-Junho 2007:

«Para se averiguar com rigor e seriedade se a ideia a que se faz referência, enraizada em muitos continentais e constantemente veiculada por parte da comunicação

social, corresponde ou não à verdade, importa ter presente as expressões numéricas extraídas de documentos oficiais que quantificam a participação financeira da República nos Orçamentos Regionais, bem como a dimensão por estes apresentados nos últimos 3 anos referindo-se, para uma compreensão global desta matéria, a situação das duas Regiões Autónomas.

Como se pode extrair da análise dos quadros antecedentes, nos últimos três anos as transferências orçamentais para os Açores cifraram-se em 625.222.810 Euros, enquanto as transferências para a Madeira atingiram o montante global de 609.810.791 Euros, traduzindo-se tais números, respectivamente, em cerca de 19% e 15% dos orçamentos regionais.

À luz das considerações e dos números insusceptíveis de contradita, já que extraídos dos Orçamentos do Estado e dos Orçamentos das Regiões Autónomas, as opiniões emitidas no sentido de a “Madeira explorar e viver à custa do continente” suportam-se, manifestamente, em ignorância ou má fé.

Por outro lado, não se afigura que as transferências efectuadas num quadro de solidariedade nacional, imposta pela Constituição, possam ser classificadas como exploração do continente pelas regiões, correspondendo apenas aos específicos condicionalismos geográficos dos arquipélagos dos

Açores e da Madeira e inteiramente justificadas como compensação mínima, da autoritária e agressiva política de exploração dos seus recursos naturais que o Reino, a I República e o Estado Novo, sucessivamente lhes impuseram.

Refira-se como apontamento final, que na sequência de entrada em vigor da nova lei de Finanças das Regiões Autónomas, os valores referenciados nos quadros anteriormente insertos, a partir do ano em curso, virão a ser modificados, com diminuição das transferências efectuadas para a Região Autónoma da Madeira.»

Aliás, para quem com honestidade intelectual quiser compreender a realidade madeirense, inclusive as patranhas que dolosamente se escrevem sobre o regime democrático na Região Autónoma, é imprescindível ler esta entrevista do Conselheiro Antero Monteiro Diniz, com a sua autoridade de intelectual, de Magistrado, de carreira pública ao serviço da Democracia e de Representante da República.

Certos meios de Lisboa, no alto da sua parolagem arrogância colonial, pensaram ser possível desmobilizar a fé autonómica dos Madeirenses, julgando erradamente que Estes se deixariam impressionar pelo facto de as aleivosias contra os insulares serem paridas na capital do imperialismo defunto.

Passou-se o contrário.

Quanto mais em certos meios se atacava a Madeira, ainda por cima sem inteligência, com um acinte fácil de, por cá, ser identificado com mentira vergonhosa, mais o sentimento autonomista do Povo Madeirense se reforçou, bem como o seu distanciamento de tudo o que Lisboa representa.

E chegámos ao dia de hoje.

Chegámos à preparação de mais um Chão da Lagoa, que tanto engulho causa ao «pensamento único», dominante em Lisboa porque exclusivismo daquilo que é regime medíocre.

Podem esperar ou desesperar por todo o lado. Podem dizer as asneiras do costume sobre o Chão da Lagoa.

Fazemos o Chão da Lagoa porque queremos e como entendemos. Fazemo-lo com Alegria e celebrando a Liberdade. Fazemo-lo, porque sabemos o que pretendemos.

– (*) *Fundador do PSD-Madeira, Presidente do Governo Regional da Madeira*



Intervenção sobre o estado do país e a acção centralista do Governo do PS

Deputado Agostinho Branquinho
Assembleia da República, 12 de Julho 2007

(...)

Portugal tem hoje o Governo mais centralista da nossa vida democrática. Um Governo que tudo decide fechado nos gabinetes ministeriais do Terreiro do Paço e com uma concentração de poderes em torno da figura do Primeiro-Ministro como nunca se viu em Democracia. Um Governo que torna cada vez mais real, todos os dias que passam, a figura de estilo segundo a qual o que está para além do Terreiro do Paço é “provincia”. É ao abrigo desta visão distorcida da realidade nacional que se encerram, sem qualquer estratégia, sustentabilidade ou razoabilidade política ou económica, serviços públicos de enorme necessidade social, sobretudo no interior do País, como é manifestamente o caso de equipamentos nas áreas da Saúde, da Educação, da Segurança, das Finanças, etc.

Um Governo que não percebe que um desenvolvimento sustentado, equilibrado e multipolar é a chave do sucesso para os graves problemas económicos e sociais que conhecemos. Um Governo que, na boa senda do jacobinismo socialista, é incapaz de definir e aplicar políticas de discriminação positiva em relação a zonas mais deprimidas, nomeadamente as do interior, seja no domínio fiscal, seja nos incentivos à criação de empresas e de emprego, seja no acesso à saúde, à educação, à justiça, etc. Um Governo que, todos os dias, contribui para um criminoso abandono de largas áreas do nosso País. Um Governo que não conhece, nem pratica, o princípio da subsidiariedade.

Este é, infelizmente, o retrato de um Governo que asfixia cada vez mais os cidadãos, nas áreas dos direitos e das liberdades, e cuja estratégia passa pelo ataque desenfreado, sem limites e sem ética, a todos os poderes legítimos e democráticos que dele ousem divergir.

Vejamos **cinco exemplos** desta centralização galopante:

Começemos pelo **QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional**. Estamos a falar do terceiro “pacote” de fundos comunitários relevante – e provavelmente o último – a que Portugal tem acesso. É unânime reconhecer que nos vinte anos anteriores houve uma participação alargada na formulação da estratégia nacional apresentada a Bruxelas, a par de uma presença de outros poderes democráticos, nomeadamente as autarquias e os Governos Regionais, na definição dos Programas Operacionais e na sua concretização no terreno. Ora, hoje,



assistimos a um impensável secretismo e selectividade político-partidária na definição das orientações estratégicas do QREN e, pior, na sua futura concretização.

Em 2007, não haverá quaisquer investimentos, públicos ou privados, que venham a ser comparticipados por fundos comunitários, devido à incompetência deste Governo socialista. Se a isso adicionarmos os cortes cegos nos últimos PIDDACs que afectaram, sobretudo, as regiões do interior do País, obtemos o resultado desastroso que é o completo abandono de largas áreas de Portugal, com todas as implicações socioeconómicas que conhecemos, sobretudo no que diz respeito ao encerramento de pequenas e médias empresas e ao consequente aumento brutal do desemprego.

Os Programas Operacionais Regionais, que eram geridos através das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais (CCDRs), passam a obedecer às orientações do Governo central, sem qualquer participação relevante das autarquias no processo de decisão sobre os projectos a concretizar no terreno. Autarquias que, de resto, têm sido sucessivamente desqualificadas por este Governo, nomeadamente quando lhes retirou a capacidade de democraticamente elegerem os **Presidentes das CCDRs**. Hoje, os Presidentes das CCDRs são impostos a partir do Terreiro do Paço, a quem devem obediência e a quem é coarctada toda a capacidade de serem interlocutores válidos entre a Administração Central e as autarquias. Ganham o estatuto de “paus mandados” do Governo, numa lógica centralista que se julgava ultrapassada.

Terceira evidência desse centralismo galopante é **a asfixia das autonomias regionais e das autarquias locais**

promovida pelo actual Governo. Foi o que sucedeu com as Leis das Finanças Regionais e das Finanças Locais; está a sê-lo agora na discussão da transferência de competências, onde se procura impor os vícios e as ineficiências da Administração Central.

O caso da cidade de Lisboa é bem ilustrativo. Em vez de se devolver a zona ribeirinha à autarquia, o Governo inventa uma entidade central, entrega-a a alguém da sua confiança, para ali desenvolver, confessadamente, um projecto imobiliário.

Maior exemplo de desrespeito e de desconsideração pelo poder autárquico era impossível.

Todo este contexto assume uma maior gravidade nacional, sobretudo por se desbaratar uma oportunidade ímpar de se mudar de paradigma, focalizando-se a Administração Pública nos cidadãos e nas suas necessidades.

Escandalosa é, também, a situação na **Área do Ambiente**, onde estamos a assistir, de forma inacreditável, a uma descarada nacionalização do sector. Mais de trinta anos depois das nacionalizações de 1975, este Governo, pela calada, e aproveitando a débil situação financeira de muitos municípios, está a impor um modelo centralizado, dirigido instrumentalmente pela empresa pública “Águas de Portugal”. Modelo que assenta no alargamento da actividade das empresas gestoras dos sistemas multimunicipais de águas à área do saneamento, impondo, de forma ignóbil e chantagista, a adesão forçada dos municípios.

Ainda um último exemplo. A empresa “**Metro do Porto**” conseguiu, em poucos anos, criar uma rede de metropolitano ligeiro com mais de 50 km de extensão. A sua Administração assentou numa verdadeira parceria entre o poder central e a Junta Metropolitana do Porto. Um bom exemplo na concretização de objectivos previamente definidos, numa obra pública complexa e de grande dimensão. Pois bem, o actual Governo impôs um modelo centralista de gestão à “Metro do Porto”, em que os administradores executivos serão todos nomeados por si, cerceando, de forma inacreditável, o poder de intervenção dos autarcas no processo de tomada de decisão. E a chantagem foi de novo a arma do Governo: ou a Junta Metropolitana do Porto aceitava esse modelo ou não havia mais obras. E para que a chantagem

fosse levada a sério, durante cerca de 18 meses a Administração da “Metro do Porto” ficou sem quaisquer poderes de decisão, em matérias de gestão corrente, de acordo com um despacho assinado pelos actuais Ministros das Finanças e das Obras Públicas.

É esta a estratégia e a prática centralizadora do actual Governo.

(...)

Apresentei cinco exemplos desta estratégia de centralização do poder, de hostilidade e consequente abandono do País por parte deste Governo socialista. Poderia apontar muitos outros, em áreas tão diversas como a gestão portuária, a gestão dos transportes, a gestão das florestas, a gestão das estradas, a gestão do património arquitectónico, das áreas protegidas, etc., etc.

Vivemos hoje com um Governo que cultiva a ânsia de tudo querer controlar.

O famoso “Big Brother”, em termos de actuação do Estado, está aí.

A realidade com que nos confrontamos com o PRACE é a de sinais claros de uma ainda maior centralização do processo de decisão em Lisboa. O que deveria ser uma oportunidade de oiro para transferir para outras regiões do País, sobretudo no interior, serviços que não têm minimamente que estar na capital, e, desse modo, alavancar-se o seu desenvolvimento, a orientação que está a ser seguida vai, exactamente, em sentido contrário.

À fúria centralista do actual Governo é necessário contrapor outro rumo. O nosso caminho, a nossa visão estratégica para Portugal, é completamente o oposto à do actual Governo. Acreditamos que o desenvolvimento do nosso País passa pela aposta nas potencialidades e nas competências de todos, repito, de **todos** os portugueses, onde quer que eles vivam, trabalhem ou estudem. O que este Governo está a fazer tem efeitos devastadores no desenvolvimento equilibrado do País. Tudo faremos para denunciar e combater esta política centralista que penaliza, de forma particularmente dramática, todo o interior.

Em nome de um País com mais ambição, mais equilibrado, com um desenvolvimento homogéneo e mais sustentável, com a indispensável solidariedade nacional e a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos os portugueses.

Em nome de um País melhor.

Em nome de uma Democracia com mais qualidade.

(...)

Intervenção sobre o estatuto da sociedade cooperativa europeia no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores

Deputada Ana Manso
Assembleia da República, 13 de Julho de 2007

A Proposta de Lei nº 147/X que hoje discutimos visa transpor para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2003/72 CE do Conselho Europeu de 22 de Julho de 2003 que completa o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores.

A realização do mercado interno implica não só que os obstáculos às trocas comerciais sejam eliminados mas também que as estruturas de produção sejam adaptadas à dimensão comunitária do mercado. Para esse efeito é essencial que as empresas, sejam elas de que tipo forem, sejam capazes de planear e de reorganizar as suas actividades à escala europeia. Ora o enquadramento jurídico em que as empresas exercem as actividades na comunidade baseia-se principalmente nas legislações nacionais.

Esta situação constitui um entrave significativo ao reagrupamento entre sociedades de diferentes Estados-membros. Por esta razão foram aprovados dois documentos fundamentais: o Agrupamento Europeu de Interesse Económico e o Regulamento relativo ao Estatuto da Sociedade Europeia.

No entanto estes dois instrumentos não estavam adaptados à especificidade das sociedades cooperativas. A Comunidade Europeia preocupada em garantir a igualdade das condições de concorrência e em contribuir para o seu desenvolvimento económico decidiu então dotar as cooperativas de instrumentos jurídicos adequados e susceptíveis de facilitar o desenvolvimento ou fusão entre cooperativas existentes pertencentes a diferentes Estados-membros ou através da criação de novas sociedades cooperativas à escala europeia.

E nesse sentido foi aprovado o Estatuto Jurídico da Sociedade Cooperativa Europeia. Este novo instrumento jurídico veio permitir a criação de cooperativas por pessoas residentes em diferentes Estados-membros que podem exercer a sua actividade em todo o espaço europeu, com uma personalidade jurídica, uma regulamentação e uma estrutura únicas.

(...)
A Sociedade Cooperativa Europeia é uma iniciativa recente e pioneira na União Europeia na medida em que é a primeira grande realização normativa de natureza jurídica em matéria cooperativa.

Ela surge como resposta a dois problemas fundamentais:

· Primeiro o insuficiente desenvolvimento cooperativo no espaço europeu;

· Segundo, a desvantagem, como se afirmou, das cooperativas perante as sociedades comerciais, no que diz respeito ao quadro jurídico europeu.

Por isso, o Estatuto da Sociedade



Cooperativa Europeia representa por um lado, a necessidade de estimular a actividade cooperativa no plano europeu, procurando enquadrar formalmente a colaboração entre cooperadores de mais do que um Estado da União Europeia. Por outro lado, representa a vontade de dotar as

cooperativas de meios idênticos aos que foram postos à disposição das sociedades comerciais, isto é, de não fechar às cooperativas as portas que foram abertas às sociedades comerciais.

(...)

O Conselho entendeu, face à existência na Europa de cerca de 300.000 cooperativas que empregam mais de 2,3 milhões de pessoas e fornecerem serviços a 83,5 milhões, que era necessário completar o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores. E fê-lo através da Directiva nº 2003/72/CE que a Proposta de Lei, que agora analisamos, transpõe para o ordenamento jurídico interno.

E ainda bem, porque é de facto fundamental assegurar que a constituição de uma sociedade cooperativa europeia não conduza à abolição das práticas de envolvimento dos trabalhadores existentes nas cooperativas participantes na sua

constituição.

Assim com a transposição desta directiva, ficam criadas as condições necessárias à aplicação de um quadro jurídico uniforme no âmbito do qual as sociedades cooperativas europeias podem melhorar a governação societária, na medida em que envolvendo nelas os trabalhadores, pode concorrer para uma representação equilibrada dos seus interesses e para o fomento da responsabilidade social da empresa.

Por outro lado, o envolvimento dos trabalhadores é assegurado através da instituição de um regime de informação e consulta através do Conselho de trabalhadores, de procedimentos simplificados de informação e consulta ou da participação dos trabalhadores no órgão de administração ou fiscalização da sociedade cooperativa.

Fica assim protegido e regulado um dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

(...)

Intervenção sobre a Petição nº 78 do Sindicato dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia - "Pelo direito ao Trabalho e Defesa dos Direitos Adquiridos"

Deputado Carlos Poço
Assembleia da República, 11 de Julho de 2007

(...)

O Sindicato dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia veio apresentar a presente Petição sob o lema "Pelo Direito ao Trabalho e Defesa dos Direitos Adquiridos", dando algumas sugestões para a revisão do Decreto nº 73/73 de 28 de Fevereiro, entre as quais se relevam a importância das aptidões profissionais, os direitos adquiridos em função do exercício da profissão, do profissionalismo e da competência, assim como a necessidade de reestruturação da formação dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia.

Submetida a apreciação, o Deputado Relator considerou que, uma vez que se encontrava em apreciação o Projecto de Lei nº 183/X - Arquitectura: um direito dos cidadãos, um acto próprio dos arquitectos (revogação parcial do decreto nº 73/73, de 28 de Fevereiro), um projecto de lei da iniciativa legislativa dos cidadãos e que o referido Projecto de Lei fora objecto de debate e discussão na anterior sessão legislativa, através da Petição nº 22/IX/1ª, tendo a mesma sido debatida e discutida na Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, e no Plenário da AR, propunha que tal

petição fosse remetida para apreciação da Comissão do Trabalho e Solidariedade Social.

(...)

O Sindicato dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia visa com esta Petição defender a posição da classe, no sentido em que a Proposta de Lei nº 116/X/2 não inviabilize a profissão daqueles profissionais, o que poderia lançar no desemprego milhares de cidadãos.

Defende, igualmente, que a Proposta de Lei não condicione o desenvolvimento e a subsistência da carreira profissional dos ATAE, atingindo as suas expectativas e direitos adquiridos.

Defende, também, no fundo, que haja uma articulação entre os vários profissionais envolvidos, compatibilizando essa articulação com a Directiva do Conselho (86/17/CEE) de 27 de Janeiro de 1986 e a Directiva 85/614/CEE de 20 de Dezembro de 1985, que conferem o reconhecimento mútuo dos diplomas e certificados no domínio da arquitectura, de forma a facilitar o direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços.

(...)

Em 16 de Dezembro de 2006, o Governo apresentou na Assembleia da República a Proposta de Lei nº 116/X/2, a qual esteve em discussão pública

até ao dia 20 de Abril de 2007 e foi aprovada na Generalidade com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE e PEV e a abstenção do PCP, tendo baixado à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Foi constituído um Grupo de Trabalho com Deputados da Comissão de Trabalho e Segurança Social e da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para proceder a audições e elaborar uma relatório sobre a Proposta de Lei.

Com a discussão e análise desta Proposta de Lei fica em aberto a posição final quanto ao enquadramento dos peticionantes, de modo a que, na essência, os seus direitos não sejam atingidos, tendo sempre presente o interesse público e a sua compatibilização com os interesses privados.

Pelas razões expostas entendemos que esta petição seja remetida para o Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão do Trabalho e Segurança Social e da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na perspectiva de a sua análise final se enquadrar no trabalho conjunto a realizar entre as duas Comissões, no quadro da Proposta de Lei nº 116/X/2.





Intervenção sobre a prevenção e investigação de acidentes e incidentes ferroviários, na medida em que as competências a atribuir aos responsáveis pela respectiva investigação técnica do Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários (GISAF) sejam susceptíveis de interferir com o exercício de direitos, liberdades e garantias individuais”.

Deputado Fernando Santos Pereira
Assembleia da República, 13 de Julho de 2007

(...)

O sector ferroviário merece a maior atenção, tendo em consideração uma perspectiva de evolução da circulação ferroviária, como alternativa ao transporte individual e, principalmente, ao transporte pesado de mercadorias, num quadro de redução das emissões de CO2 e de protecção ambiental.

Como tal, as questões de segurança são fundamentais, face ao natural e expectável aumento de circulação e à necessidade de oferecer aos utentes um serviço de qualidade e seguro.

A Comunidade entendeu, e bem, que esta questão era relevante, por ser transversal ao desenvolvimento económico e à protecção do ambiente.

A segurança dos caminhos-de-ferro e as matérias de investigação de acidentes e incidentes ferroviários exigem regulamentação, nomeadamente, das competências e metodologias a aplicar pelo organismo responsável pela investigação, no caso português o Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários (GISAF).

Ora, esta investigação, paralela a uma eventual investigação judiciária, pode colocar em crise os direitos, liberdades e garantias individuais.

Por isso devemos ter as maiores cautelas na legislação enquadradora da sua regulamentação e das competências a atribuir a uma qualquer entidade, mesmo que independente.

O Governo veio justificar a sua Proposta de Lei na necessidade de uma investigação célere e eficaz.

Admitimos a importância desses factores, mas este tipo de investigação, pelo seu âmbito, não pode colocar em causa direitos fundamentais.

Devemos ter as maiores reservas e cautelas na forma como atribuímos a uma entidade administrativa, sem poderes jurisdicionais, poderes investigatórios que podem extravasar o limite da nossa liberdade.

A título de exemplo, defende-se na Proposta de Lei que a entidade em causa pode solicitar “os relatórios das autópsias dos membros da tripulação que tenham falecido num acidente ferroviário (...) ou os resultados das colheitas de amostras, efectuadas nas pessoas envolvidas”.

Esta Entidade pode igualmente ter acesso “aos resultados dos exames

efectuados ao pessoal de bordo e outro pessoal ferroviário envolvido no acidente ou incidente”, bem como o “acesso aos resultados do exame dos corpos das vítimas”.

(...)

Para o Partido Social Democrata não restam dúvidas que algumas das disposições constantes da Proposta de Lei são, clara e manifestamente, inconstitucionais, tendo o Governo a plena consciência desta inconstitucionalidade.

Não podemos crer que para o Governo não era evidente que uma entidade administrativa não poderia, como se pretendia na alínea d) do artigo 3º da Proposta de Lei:

“**Ordenar a realização de testes de alcoolemia ou despistagem de estupefacientes nas pessoas envolvidas no acidente, sendo a recusa considerada crime de desobediência qualificada nos termos da lei penal**”.

O GISAF não é uma “entidade judiciária, nem policial, para poder aplicar uma pena criminal”, nem poderá “impor determinado comportamento, de uma forma coactiva”, consubstanciando tal situação uma manifesta violação do “direito à integridade e autodeterminação corporal”.

O Governo sabia que o GISAF não poderia “usar uma prerrogativa de autoridade”, nem impor uma sanção, de crime de desobediência, uma vez que não tem “competência penal”.

Face a tudo isto, o Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no âmbito deste processo legislativo, ouviu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Esta emitiu um Parecer claro quanto à violação expressa da Constituição e da Lei, nos dispositivos já citados.

Por isso, a 9ª Comissão, deliberou no sentido da Proposta de Lei reunir os requisitos constitucionais, legais e regimentais para poder ser discutida e votada pelo Plenário da Assembleia da República, “desde que respeite as Conclusões e o Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias”.

Espera-se, assim, que venha a ser dado cumprimento a esse Parecer e, fundamentalmente, que esta situação sirva de exemplo ao Governo para a necessidade de um rigoroso cumprimento da nossa Lei Fundamental.



O Grupo Parlamentar do PSD entende ainda que, antes da votação neste Plenário, a Comissão Nacional de Protecção de Dados se deve

pronunciar quanto à essência desta Lei, de forma a garantir que os Direitos dos cidadãos se encontram plenamente assegurados.

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 18 DE JULHO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
Proposta de Lei nº 143/X (GOV)
Aprova a Orgânica da Polícia Judiciária

Proposta de Lei n.º 145/X (GOV)
Altera o Decreto-Lei nº 84/99, de 19 de Março, relativo à liberdade sindical dos trabalhadores da Administração Pública

QUINTA-FEIRA, DIA 19 DE JULHO DE 2007, 15:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 152/X (GOV)
Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Pacote da Reforma da Assembleia da República.

Tratados Internacionais.
Proposta de Resolução nº 48/X
Aprova a Convenção contra a corrupção, adoptada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 31 de Outubro de 2003.

Projecto de Resolução nº (.../X)
UNITAID Facilidade Internacional de Compra de Medicamentos.

VOTAÇÕES no final da Reunião Plenária

SEXTA-FEIRA, DIA 20 DE JULHO DE 2007, 10:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate sobre o Estado da Nação

Intervenção relativa ao respeito dos Direitos de Propriedade Intelectual.

Deputado José Luís Arnaut
Assembleia da República, 12 de Julho de 2007

(...)

O Estado Português tinha um prazo até 29 de Abril de 2006 para transpor a directiva conhecida por Directiva “Enforcement” no jargão comunitário.

No Direito da Propriedade Intelectual – sobretudo na Propriedade Industrial - pior do que não ter lei nenhuma é ter uma lei que não é aplicada ou é deficientemente aplicada.

A protecção da Propriedade Industrial, em particular, implica elevados custos. Principalmente o sistema de patentes. Uma gestão correcta de marcas, desenhos e patentes significa para uma qualquer empresa um orçamento significativo.

Vigiar a contrafacção e processar os infractores sai ainda mais caro.

As expectativas depositadas numa patente se forem traídas podem trazer grandes prejuízos ao titular, face aos investimentos que teve de realizar. A opção pelo segredo poderia ter sido muito mais proveitosa e eficaz, pelo que, nessas circunstâncias, os agentes económicos são levados a perder toda a confiança no sistema de patentes e nas promessas legais a ele associadas. Nada pior para a economia do que criar falsas expectativas.

A economia da inovação tem tendência firme a sedear-se exclusivamente em países previsíveis e que dêem garantias efectivas de respeito pela Propriedade Intelectual.

Os vultuosos gastos com a criação e *marketing* de uma marca ou com o desenvolvimento de um *design* para um produto industrial, não podem, pura e simplesmente, ser deitados a perder por manifesta ineficiência de um qualquer sistema legal de um país dito desenvolvido.

Por todas estas razões, uma lei que se aplique inadequadamente como parece querer esta transposição no âmbito do Direito de Autor ou que não se aplique de todo, faz com que as empresas suportem os custos do putativo sistema de protecção, sem tirar dele qualquer benefício. Para além da sensação de insegurança e do sentimento de frustração que provoca, nada favoráveis à estabilidade e ao desenvolvimento dos negócios, num país que quer e pretende atrair inovação e novas tecnologias.

Onde há custos sem benefícios, é urgente eliminar os custos!

Portugal tem que decidir, de uma



vez por todas, que política pretende implementar a este respeito.

Não haverá pior política, repete-se, do que a de criar falsas expectativas aos agentes económicos, que se traduzem em perfeitos logros e que, além disso, são acompanhadas de custos que se revelam totalmente inoficiosos.

Poder-se-á perguntar porque é que, com frequência, o decisor político afirma uma coisa e faz outra? Neste caso um dos legisladores - o Ministério da Cultura, parece ter sido mal aconselhado, por pessoas que são de opinião que o Direito Intelectual se destina, sobremaneira, a proteger as grandes multinacionais estrangeiras e que, assim sendo, é preciso fazer tudo para nele abrir algumas brechas, que permitam dar uma janela de oportunidade ao pequeno e médio pirata nacional, para que uma certa economia marginal e decadente possa sobreviver, o que parecem ser resquícios, aparentemente “Gonçalvistas”.

É evidente que isto é completamente errado. Por vários motivos. Desde logo pelo facto de o pequeno e médio pirata nacional já ter sido há muito substituído por organizações internacionais muito bem preparadas e com grande capacidade de escoamento do material contrafeito.

O futuro de qualquer país desenvolvido passa pela sociedade do conhecimento passa, pela inovação tecnológica e passa pela indústria da cultura. São sectores nevrálgicos do progresso. Ou os favorecemos ou abdicamos. Por esta razão, é absolutamente decisiva a adopção de um elevado nível de protecção da

Propriedade Intelectual em Portugal e por isso esta transposição só peca por tardia.

O *enforcement* do Direito da Propriedade Intelectual pressupõe um sistema completo e harmonioso, não só de normas de direito substantivo, mas sobretudo de disposições de cariz processual.

O direito processual comum que existe serve tudo e, por isso, pode acabar por servir pouco ou quase nada, quando se trata de matérias de carácter muito específico a pedir soluções particulares.

Uma questão chave reside na correcta compreensão dos *direitos de exclusivo*. Quanto à natureza jurídica, estes direitos de exclusivo são *direitos absolutos*, isto é, direitos oponíveis *erga omnes*.

Por outro lado, a protecção de *bens imateriais*, que constituem o *objecto* destes direitos, exige medidas legislativas diferentes das normalmente apropriadas para proteger os bens de natureza material ou tangível. É indispensável compreender que, por exemplo, a violação de um direito de autor não é bem a mesma coisa que o roubo de um automóvel ou de uma mala de viagem (erro vulgar)... As medidas que asseguram o domínio das coisas corpóreas não são, em princípio, adequadas a uma correcta tutela dos bens imateriais.

A Directiva tem bem presente a estrutura específica destes direitos, que é, aliás, uma das suas principais justificações. Deve sublinhar-se, no entanto, que a Directiva não visa a harmonização do Direito Processual Civil europeu.



Nesta directiva temos apenas um conjunto de medidas voltadas para determinados aspectos dessa implementação, que se impõe harmonizar com mais premência.

A Directiva parte de um nível normal de protecção do Direito da Propriedade Intelectual num país desenvolvido. Não toma em consideração, nem tem como ponto de partida, ordenamentos jurídicos particularmente fragilizados nesta matéria, como é, sem dúvida, o caso português.

A Directiva não enuncia um conjunto de medidas hierarquizadas, com carácter sistemático e completo.

Por tudo isto importa que haja também harmonia, naquela que é a transposição da Directiva no que respeita o Código do Direito de Autor e o Código da Propriedade Industrial.

Mas é precisamente isso que não acontece, com bem salientaram as entidades ouvidas em sede de Comissão de Educação e Cultura e ressalta do relatório.

Esta visão de que o Direito de Autor visa protecção das multinacionais e que há que proteger os piratas pequeninos e coitadinhos, não só está datada, como é contra uma política que aposta da inovação e na tecnologia.

Não se percebe como o Ministério da Cultura está contra os próprios desígnios políticos do governo e em particular do Primeiro Ministro, no apoio à inovação e às novas tecnologias.

Importa bem legislar e cabe à AR não se demitir dessa sua responsabilidade agora em sede de especialidade para que possamos ter uma transposição que não desvirtue aquela que é a razão de ser da directiva e que as forças de bloqueio que aparentemente ainda persistem no Ministério da Cultura, percebam que o seu tempo já passou e só espero que o governo por fim acorde e não permita estes sinais contrários à inovação e às novas tecnologias. E aquela que diz ser a sua prioridade – a inovação.

Só uma correcta transposição da qual resulte harmonia quanto às alterações a efectuar no Código dos Direitos de Autor e Código da Propriedade Industrial, nos dotará de instrumentos jurídicos iguais a outros países europeus, é esse o trabalho que temos que fazer.

(...)



Intervenção sobre a Promoção do Baixo Mondego

Deputado Miguel Almeida
Assembleia da República, 12 de Julho de 2007



Situado na Beira Litoral, entre as cidades de Coimbra e da Figueira da Foz, o Vale do Baixo Mondego é constituído por uma extensa planície de origem aluvial, com uma área de cerca de 14.000 hectares, que se desenvolve ao longo do rio Mondego.

Esta região é sobejamente conhecida pelo seu elevado potencial agrícola, onde a produção de arroz representa 25% da produção nacional e as hortícolas encontram condições excepcionais para um aumento de produção, representando aliás uma aposta cada vez maior dos agricultores e dos industriais desta região.

No entanto, as possibilidades de desenvolvimento agrícola do Vale têm sido sempre prejudicadas, ao longo dos tempos, pela ocorrência frequente de cheias violentas que originam um assoreamento continuado, por uma acentuada variabilidade sazonal e anual dos caudais, por uma rede de drenagem agrícola bastante incipiente e muito pouco funcional e por uma estrutura fundiária desordenada e dispersa, com inúmeros prédios de diversas dimensões e forma.

É certo que a construção das barragens da Aguieira, de Fronhas e de Raiva, bem como do açude de Coimbra vieram permitir a regularização dos caudais do Mondego.

Para além disso, a construção de diques entre Coimbra e a Figueira da Foz veio permitir a defesa das populações ribeirinhas e dos seus bens e a edificação do Canal Condutor Geral e do Canal de Lares viabilizaram, por seu turno, o abastecimento de água às diversas actividades económicas e às populações locais.

No entanto, a componente mais esquecida de todas as intervenções previstas para o Baixo Mondego diz respeito à regularização dos rios – Ega, Arunca, Pranto, Foja e a ribeira de Ançã, todos afluentes do Mondego.

Destes, o único projecto que conheceu a luz do dia foi o da regularização do rio Arunca, tendo, contudo, mesmo assim, esta obra sido abandonada a meio. E quanto aos restantes afluentes, tal não passou ainda, sequer, da fase de projecto inicial.

No que respeita a reestruturções fundiárias, desde os primórdios do aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego que se tem tentado implementar o emparcelamento rural. As acções de emparcelamento já empreendidas e a adaptação ao regadio têm tido, quando aplicadas, um enorme impacto positivo nos rendimentos dos agricultores abrangidos.

A disseminação deste tipo de melhoramentos fundiários em todo o Vale do Baixo Mondego permitiu, a recuperação e a correcção de vastas manchas de solos ainda algo irregulares e, até, improdutos.

Não obstante, a dimensão e a profundidade do trabalho ainda a realizar pode ser nitidamente expressa pelos seguintes dados. Em todo o Vale do Baixo Mondego existem cerca de 6.500 explorações agrícolas, a que correspondem cerca de 35.000 prédios rústicos.

(...)
Confrontados com este panorama, importa, pois, empreender no Baixo Mondego uma intervenção estrutural, moderna, sustentável que, proporcionando, desde logo, protecção e segurança para pessoas e bens, abranja áreas produtivas de futuro como a agro-industrial, a energética, a agro-turística e a ambiental.

Não podendo ser aqui esquecida, naturalmente, a superior valia turística-económica de um projecto de navegabilidade do Mondego.

(...)
Aqui chegados, a nossa proposta passa pela recomendação ao Governo para que, de uma forma firme e determinada, empreenda uma estratégia de desenvolvimento racional e sustentado do Vale do Baixo

Mondego, contemplando, designadamente:

- A regularização dos afluentes hidrográficos e a construção das infra-estruturas complementares, com a consequente disponibilização energética e de água para o consumo pelas populações e as explorações económicas locais;

- A recuperação dos ecossistemas locais degradados ou sub-valorizados;

- A reconstrução das infra-estruturas afectadas pelas Cheias de 2001;

- Constituição de associações de utilizadores compostas pela totalidade ou parte dos utilizadores do domínio público hídrico;

- Implementação de um sistema de gestão da água;

- A melhoria das acessibilidades no Vale e no seu relacionamento com o exterior;

- A infra-estruturação para o uso urbano do Vale e do Rio Mondego, concebendo o primeiro deles como um corredor verde intermunicipal; e
- A maximização do aproveitamento racional de todo o potencial agrícola da região, incluindo medidas para a promoção da agricultura biológica e agro-energéticas.

(...)
Pensamos ser de superior interesse nacional um correcto e harmonioso aproveitamento de todo o potencial produtivo e turístico do Baixo Mondego. Esta Região e as suas gentes têm esse direito, os agricultores anseiam-no e os autarcas merecem-no.

Quero aliás a este propósito dar uma palavra especial ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho - Dr. Luis Leal – que há muito vem reivindicado estes investimentos, bem como aos senhores Presidentes de Junta e aos agricultores aqui presentes.

Esperamos que este Projecto de Resolução seja aprovado por unanimidade e que Governo saiba com grande sentido de responsabilidade acatar o seu conteúdo e que as obras do Vale do Baixo Mondego iniciadas na década de 70 sejam finalmente concluídas, com enormes vantagens para toda a Região Centro.

(...)



Carlos Coelho defende maior protecção de dados entre UE e EUA

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, a decorrer esta semana em Estrasburgo, o Deputado do PSD Carlos Coelho participou no debate relativo à conclusão do “acordo sobre a transferência de dados de passageiros, entre a União e os EUA”. Para Carlos Coelho, porta-voz do Grupo PPE-DE (o maior Grupo do Parlamento Europeu) para o acordo PNR “era fundamental evitar o vazio jurídico que colocaria em dificuldades as companhias de aviação europeias e fragilizaria as garantias dos nossos cidadãos.”

Na sua intervenção o Deputado do PSD lembrou que “sempre defendemos a existência de um acordo internacional multilateral, em vez de 27 acordos bilaterais porque a União pode ter uma posição mais forte não só na prevenção e luta contra o terrorismo, como também na protecção dos Direitos Fundamentais.”

Falando em nome de todo o Grupo PPE, Carlos Coelho lembrou que o seu grupo “apoiou a atribuição de um mandato à Comissão para que pudesse reiniciar as negociações. Sabemos bem do seu grau de dificuldade e sabemos também que o desejo de uma solução mutuamente aceite foi mais forte do lado europeu do que do lado americano.”

No entanto, o Deputado português lamentou que “este acordo seja composto por 3 partes: o acordo e 2 cartas, sendo nestas últimas (documentos não vinculativos) que os EUA estabelecem as garantias no uso dos dados PNR e, por seu lado, a UE as reconhece como sendo adequadas e dá a sua aceitação.”

Para Carlos Coelho “Nestas negociações são vários os aspectos que sofreram uma evolução positiva. No entanto, existem outros aspectos que, tendo em conta o grau de dificuldade das negociações, ficaram muito aquém das nossas expectativas.” O Deputado do PSD teve os seguintes comentários às alterações:

- a passagem do sistema “pull” para “push” a partir de 1 de Janeiro de 2008. Embora as companhias aéreas que não cumpram os requisitos técnicos necessários devam continuar no sistema anterior até que tal aconteça. Neste momento, existem 13 companhias aéreas que já implementaram este sistema. Gostaria de deixar aqui a questão de saber que tipo de iniciativas é que estão a ser preparadas ao nível europeu e nacional, no sentido de ajudar e incentivar as companhias aéreas para proceder a essa alteração? Por outro lado, lamento que embora existindo um sistema push, continue a caber às autoridades americanas, de acordo com a lei americana, decidir quando, como e quais os dados é que deverão ser enviados.

- a duração e condições de

armazenamento desses dados - os dados pessoais poderão ser mantidos entre 3,5 a 15 anos, dos quais até um máximo de 7 anos numa base de dados operacional, após os quais poderão ser transferidos para uma base de dados não operacional - “dormant”, por um período que pode ir até um máximo de 8 anos, existindo condições especiais de acesso. Existe, assim, uma evolução positiva, embora ainda não se possa considerar como satisfatória.

- o direito de informar adequadamente as pessoas interessadas, onde se prevê uma cooperação ampla no sentido de informar os passageiros atempadamente (na emissão do próprio bilhete).

- formas de recurso para passageiros, que prevejam a possibilidade de rever e corrigir dados mantidos pelas autoridades americanas. Embora continue a não existir um mecanismo legal sólido que permita aos cidadãos europeus recorrer no caso de um uso incorrecto dos seus dados pessoais, no entanto, deu-se um passo em frente em que as autoridades americanas procederão a uma extensão das



protecções administrativas do Privacy Act de forma a incluir os dados PNR de cidadãos europeus e permitindo-lhes acesso a um sistema de informação e correcção desses dados.

- as medidas adicionais para a protecção de dados sensíveis, incluem a utilização, pelas autoridades americanas, de um sistema automático que deverá filtrar os códigos de dados PNR sensíveis, de forma a não serem utilizados e serem sim apagados de

imediatamente. No entanto, prevê-se como excepção que as autoridades americanas (DHS) possam requerer o uso desses dados, devendo para tal manter um “log” com o acesso e esses dados deverão ser eliminados num prazo de 30 dias, desde que a finalidade que esteve na base desse acesso tenha sido cumprida e desde que a sua retenção não seja exigida por lei. Na minha opinião, esta excepção é demasiado ampla e deveriam ser as autoridades europeias a decidir se dão acesso ou não a esses dados e não as autoridades americanas a informar as europeias (em 48 horas) de que já tiveram acesso a eles.

- os dados continuam a estar acessíveis para um amplo leque de autoridades e agências americanas, não existindo uma delimitação clara sobre o uso que poderá ser feito desses dados”

A terminar Carlos Coelho afirmou “muito foi feito, mas ainda resta muito a fazer e como a implementação deste acordo, bem como as garantias previstas devem ser alvo de uma revisão periódica espero que possa vir a servir de oportunidade para melhorar os aspectos mais negativos.”

Silva Peneda muito crítico acerca de Relatório do Parlamento Europeu relativo à Flexissegurança

O Parlamento Europeu aprovou hoje o Relatório <Titre> sobre “Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI</Titre>” do Eurodeputado Protasiewicz.

Esta é a contribuição do PE para o debate sobre a flexissegurança. Segundo este Relatório “para poder responder aos desafios do século XXI, o direito do trabalho deve centrar-se, em larga medida, não propriamente na protecção de empregos específicos, mas na segurança do emprego ao longo da vida do trabalhador”, de modo a facilitar a entrada e permanência no mercado de trabalho e as transições de um emprego para outro.

(Depois da discussão o Deputado português do PSD Silva Peneda liderou uma negociação com os grupos políticos e dentro do próprio PPE tendo sido possível chegar a um acordo para incluir as propostas de Silva Peneda que fizeram incluir no Relatório o princípio da Flexibilidade, equilibrando-o, o que veio permitir que fosse aprovado e votado favoravelmente pelo próprio PPE-DE.)

No debate que antecedeu a votação o Deputado do PSD José Silva Peneda, da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais, que foi

o Relator do Parlamento Europeu para o Modelo Social Europeu, foi muito crítico, começando logo por afirmar que considerava o relatório apresentado como “desequilibrado.”

Desequilibrado “porque cobre sobretudo os aspectos referentes à protecção social, que são seguramente importantes, mas ignora a outra perspectiva fundamental para uma reforma das leis laborais para o século XXI, que deve encerrar uma maior flexibilidade no funcionamento dos mercados de trabalho.”

Silva Peneda prosseguiu a sua crítica afirmando que “o texto repousa numa visão muito conservadora, ainda alimentada por uma cultura assente na desconfiança e no conflito. Ora do que precisamos hoje é do oposto, uma cultura baseada na confiança e na cooperação entre as partes.”

Na opinião do Deputado do PSD esta alteração de paradigma “é absolutamente necessária para que se possa conciliar os valores de justiça social e de dignidade humana com o aumento de competitividade não aparece assumida no relatório.”

“Este equilíbrio de que falo e que está ausente do texto do relatório era fundamental estar claramente expresso porque seria por aí que se poderia fomentar a alteração de comportamentos e atitudes, por parte de empresas e de

trabalhadores, no sentido de fomentar os níveis de confiança.”

Silva Peneda foi ainda mais longe afirmando que o Relatório em causa “é, de certo modo, uma desilusão porque não dá sinais no sentido de mostrar que a Europa dos nossos dias não tem o rasgo, o talento e a capacidade para se tornar mais competitiva, ao mesmo tempo que mostra ser capaz de preservar os valores representativos do seu modelo social.”

“A verdade é que o texto em apreço não dá sinais de rasgo e não evidencia nem talento nem capacidade reformadora.” A terminar o Deputado português salientou a importância de serem aprovadas as alterações propostas pelo PPE que, a serem aceites, farão com que este relatório “não se transforme numa oportunidade perdida.”

Depois desta discussão o Deputado português do PSD Silva Peneda liderou uma negociação com os grupos políticos e dentro do próprio PPE tendo sido possível chegar a um acordo para incluir as propostas de Silva Peneda que fizeram incluir no Relatório o princípio da Flexibilidade, equilibrando-o, o que veio permitir que fosse aprovado e votado favoravelmente pelo próprio PPE-DE.

João de Deus Pinheiro apoia Presidência portuguesa e destaca importância da Cimeira UE-África

Na primeira sessão plenária do Parlamento Europeu (PE) a ter lugar durante a Presidência Portuguesa da UE e que contou com a presença do Primeiro-Ministro português José Sócrates e do Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso, para debater com os Eurodeputados a Agenda da Presidência, o Deputado João de Deus Pinheiro, Vice-Presidente do PPE-DE o maior grupo político do PE, participou no debate e iniciou a sua intervenção assinalando a “grande expectativa e simpatia de todas as bancadas deste Parlamento” para com a Presidência portuguesa graças, segundo o Deputado português ao “tom decidido e firmeza do Primeiro-Ministro ao rejeitar qualquer entorse ao que ficou decidido no Conselho Europeu de Junho”.

Estratégia de Lisboa

Referindo-se à Estratégia de Lisboa, João de Deus Pinheiro, à semelhança do que já anteriormente dissera, voltou a insistir que a esta padece de “um pecado original” pois o “modelo intergovernamental não chega” devendo ser a Comissão Europeia a assumir “o papel de Pivot desta estratégia”.

Assinalando os avanços que a Estratégia tem conseguido na sequência da renovação que foi levada a cabo pela Comissão Barroso, o Deputado português defendeu um novo ciclo para 2008 “outorgando à Comissão mais poderes e mais responsabilidades” dotando a Estratégia de Lisboa de “uma agenda mais ambiciosa, com menos burocracia e que garanta maior



investimento e mais competitividade”.

Relações Externas

João de Deus Pinheiro assinalou o “êxito inequívoco” da Cimeira UE-Brasil o que na sua opinião constituiu uma “entrada com o pé direito” da Presidência Portuguesa.

Relativamente à Cimeira UE-África o Vice-Presidente do PPE afirmou que a Europa e África “não podem ficar reféns do senhor Mugabe” anunciando de seguida o seu apoio à realização desta Cimeira que tem vindo a levantar alguma polémica.

Sobre as Relações com a Rússia, João de Deus Pinheiro registou a coragem do Primeiro-Ministro português quando este se deslocou à Rússia num período difícil das relações com a UE. De seguida pediu a José Sócrates para “persuadir os seus colegas a engajar a Rússia na solução dos problemas comuns” pois a Rússia deve ser “parte da solução e não do problema”.

Pescas: Estados-Membros cooperam a nível dos controlos para salvar o bacalhau no mar do Norte

A Agência Comunitária de Controlo das Pescas (ACCP) adoptou um plano operacional de controlos multinacionais das pescas no mar do Norte e nas zonas adjacentes. Este plano assinala o início de um esforço inovador e coordenado para combater a sobrepesca e preservar as unidades populacionais de bacalhau em risco. O plano de intervenção conjunta para o mar do Norte irá reunir recursos (inspetores, navios de controlo, aviões, etc.) de sete Estados-Membros costeiros, utilizando-os para assegurar um controlo mais eficaz e uniforme das actividades de pesca. O plano, que consiste em sete campanhas de inspecção e vigilância transfronteiras, prolongar-se-á até ao final do ano. Serão criados planos semelhantes nas restantes zonas de pesca da UE.

«Congratulo-me sinceramente com este primeiro plano de intervenção conjunta, desenvolvido sob a égide da nova Agência Comunitária de Controlo das Pescas. Este tipo de planos garantirá que os recursos disponíveis sejam utilizados da forma mais eficiente e eficaz possível. Os Estados-Membros envolvidos dão um excelente exemplo de cooperação, quer entre si mesmos quer com a nova agência, contribuindo para aumentar a confiança e a esperança dos pescadores numa maior uniformidade do controlo e inspecção das pescas em toda a União», comentou Joe Borg, Comissário Europeu responsável pela pesca e assuntos marítimos.

«A adopção do primeiro plano de intervenção conjunta é um marco para a Agência Comunitária de Controlo das Pescas. Estou satisfeito por termos sido capazes de coordenar esta aventura complexa durante os seis primeiros meses de funcionamento da nossa agência – e duplamente satisfeito por os Estados-Membros se terem revelado tão empenhados e capazes de contribuir para os nossos esforços. Tudo isto alimenta a esperança de que os benefícios do plano se alargarão muito para além das sete campanhas de inspecção, promovendo uma maior cooperação global e uma maior harmonização dos controlos das pescas, criando condições equitativas para os pescadores em todas as águas de UE», comentou Harm Koster, Director Executivo da ACCP.

O plano de intervenção conjunta para o mar do Norte, o Kattegat, o Skagerrak e o canal da Mancha oriental é o primeiro deste tipo. Coordena a utilização de recursos disponibilizados por sete Estados-Membros da UE: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Reino Unido e Suécia. O cerne do plano é o programa de monitorização para a recuperação de unidades populacionais de bacalhau, criado em 2005. As inspecções e as actividades de vigilância centrar-se-ão nos navios de pesca que utilizam tipos de artes capazes de capturar bacalhau quer enquanto espécie-alvo quer enquanto captura acessória. Serão igualmente realizadas inspecções do transporte e da comercialização do bacalhau.

Cada uma das sete campanhas conjuntas será dirigida por um dos Estados-Membros, com o apoio da ACCP. As equipas de inspecção serão mistas e os navios de inspecção e os aviões de vigilância serão reunidos pelos diversos Estados-Membros. Os navios de inspecção poderão entrar nas zonas de pesca de outro Estado-Membro. Necessitarão, todavia, da autorização desse Estado-Membro para ter acesso às águas territoriais deste e deverão transportar a bordo pelo menos um inspetor do país em causa. Os Estados-Membros foram instados a conceder autorização prévia para o acesso às águas territoriais de todos os navios de inspecção e aviões de vigilância utilizados nas diversas campanhas.

No âmbito da política comum das pescas, cada Estado-Membro é responsável por garantir a aplicação adequada, nas suas próprias águas e no seu próprio território, das medidas adoptadas no domínio das pescas. Em resposta à necessidade de criar condições equitativas para os pescadores da UE e promover uma cultura de cumprimento das regras no domínio das pescas, foi criada em 2002 a Agência Comunitária de Controlo das Pescas, enquanto parte da reforma da política comum das pescas (PCP). A agência, que está a funcionar desde o início de 2007, tem por objectivo organizar a coordenação e a cooperação entre as actividades nacionais de controlo e inspecção, de modo a garantir o respeito e aplicação eficazes das regras da PCP. A agência tem a sua sede em Vigo, Espanha. Provisoriamente, está instalada em Bruxelas.

Notícias do Algarve

PSD denuncia medidas cegas, injustas e absurdas na DRA algarvia

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, reunida em Portimão a 14 de Julho de 2007, aprovou uma moção apresentada pelo Presidente Comissão Política do PSD de Portimão, relacionada com a situação que se vive na Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, fazendo uma análise da situação em que foram colocados mais de 60 trabalhadores da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, considera que as medidas tomadas, e que levaram à colocação destes funcionários no Quadro da Mobilidade Especial, são cegas, injustas e absurdas.

Como resultado de uma política autista, sem rumo, na indefinição completa de objectivos sócio-económicos, 66 funcionários passaram ao regime de mobilidade especial, sendo os mais afectados operários / trabalhadores rurais, auxiliares, técnico-profissionais e administrativos. Ou seja, foram afectados os trabalhadores com menores qualificações e, por isso, com salários mais baixos, não se percebendo se o que o Governo pretende é diminuir gastos, ou se, pelo contrário, pretende apenas fazer propaganda, anunciando cortes enormes no número de efectivos, mas com reduzido impacto no orçamento do Ministério da Agricultura.

O facto de estarmos perante funcionários de baixas qualificações, que são, em muitos casos, praticamente a única fonte de rendimento dos respectivos agregados familiares, perspectiva que possam ocorrer graves problemas sociais associados a esta medida.

Trata-se da aplicação de uma política cega, conduzida sem preocupações futuras do sector, que



assenta única e exclusivamente da aplicação dos resultados do SIADAP.

A reforma que está em curso acoustou as embarcações de pesca ao Porto do Patacão, e acabou com toda a experimentação agrícola, transformando uma Direcção Regional de Agricultura do Algarve, que desde sempre se tinha notabilizado pela elevada qualidade da experimentação ali realizada, num mero centro burocrático de gestão, sem quaisquer preocupações estratégicas, que aplica cegamente as directrizes emanadas de Lisboa.

São medidas desta natureza que têm conduzido ao estado catastrófico da agricultura do Algarve, e que, associadas a outras medidas, como o fecho de escolas, serviços de atendimento permanente, centros de saúde, postos da GNR etc. estão a deixar ao abandono populações inteiras no interior.

É a política do “pois a Espanha fica aqui tão perto”. É o “novo” Algarve das produções Pinho & Silva SA.

Câmara de Monchique funciona ilegalmente há quatro anos!

A Comissão Política Distrital do PSD/Algarve, reunida em Portimão a 14 de Julho de 2007, aprovou uma moção apresentada pela Comissão Política do PSD de Monchique, relacionada com a situação que se vive neste município.

Trinta e três anos depois do 25 de Abril, torna-se difícil compreender que a falta de respeito pelas mais elementares regras da democracia continue a ser prática corrente de certas entidades e titulares de cargos políticos.

Pior ainda, é quando as violações mais grosseiras às leis vigentes, mesmo quando denunciadas formalmente junto dos tribunais competentes ou do próprio Ministério Público, conseguem passar incólumes e impunes ano após ano, congeladas na indiferença burocrática e na insensibilidade cívica, se não quisermos entrar no campo da própria convivência por omissão.

O que se passa na Câmara Municipal de Monchique, é um caso exemplar, no sentido inverso ao da ética e dos valores, pelo que significa de atropelo das regras e das leis, e de um despuadorado abuso de poder.

Por incrível que pareça, desde a reunião ordinária deste órgão autárquico realizada em 5 de Agosto de 2003, pura e simplesmente, o período de Antes da Ordem do Dia foi banido do regimento e do texto das convocatórias das reuniões da Câmara

Municipal, porque o respectivo presidente assim muito bem o entende como desnecessário.

Ficou o único partido da oposição, o PSD, impossibilitado de apresentar ou discutir quaisquer assuntos ou propostas, que não aquelas que constam nas convocatórias e que, como é óbvio, resultam exclusivamente do livre arbítrio do presidente da Câmara.

O período de Antes da Ordem do Dia está previsto no artigo 86º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, mas em Monchique, não passa de letra morta, desde há quatro anos.

E que dizer do estado de inacção em que se encontram os processos nºs 666/05.5 e 434/06.7, jazendo desde 2005 e 2006 no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, na sequência de queixas apresentadas pelos vereadores do PSD na Câmara Municipal de Monchique?

Há 90 reuniões, que o executivo municipal de Monchique funciona ilegalmente, mas as autoridades judiciais ou inspectivas deste país parecem pouco preocupadas com o assunto.

Não há justiça em Portugal! É uma tristeza o que se está a passar. Mas que não fique silencioso este protesto político do PSD, o qual, será remetido ao seguinte conjunto de Excelências: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Procurador-Geral da República, Ministro da Justiça e Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República. - CPD/PSD-Algarve



Notícias de Aveiro

Arranque de dois importantes projectos para a juventude

A Câmara Municipal de Aveiro apresentou em conferência de imprensa, dois novos projectos “Espaço Internet da Casa Municipal da Juventude” e “Ponto Jovem – Gabinete de Apoio ao Jovem”.

Os dois novos projectos arrancaram hoje e “constituem uma mais valia para os jovens do concelho, na procura de soluções para alguns problemas, através do Ponto Jovem ou entrar no mundo da Internet mediante um espaço criado especificamente para eles” refere Pedro Ferreira, Vereador do Pelouro da Juventude.

No “Espaço Internet” será possível realizar várias actividades na área da informática, nomeadamente, o funcionamento e o envio de correio electrónico; utilização, compreensão e aplicação de material multimédia: jogos educativos e lúdicos, enciclopédias, atlas; regras de segurança em conversações instantâneas; construção de páginas em HMTL; explicação e apoio na pesquisa de temas: educação, cultura,

ciências; desporto, legislação. Estas ferramentas poder-lhes-ão ser úteis na escola ou no emprego.

O “Ponto Jovem – Gabinete de Apoio ao Jovem” consiste num espaço de informação a atendimento gratuito, anónimo e confidencial, onde poderão ser obtidos, junto de uma equipa especializada, esclarecimentos, informações e apoio em diversas áreas.

Este gabinete tem como objectivos dar a conhecer as saídas existentes na região que respondam às necessidades ao nível da educação, formação e emprego; apoiar na construção do projecto de vida dos jovens, a partir do conhecimento das suas necessidades e metas pessoais; estabelecer a ponte com as instituições que respondam às suas solicitações; informar sobre os seus direitos e deveres que têm para com a sociedade; ajudar a abraçar um projecto de voluntariado em Portugal ou no estrangeiro; prestar apoio relativamente à exploração de saídas profissionais e quanto à tomada de



decisão vocacional; e criar espaços onde os jovens poderão apresentar as suas ideias e contributos.

Estarão disponíveis as seguintes valências: social / psicológico; saúde; educação; emprego; habitação, associativismo, direito / deveres cívicos; ocupação de tempos livre; e posto de informação.

Marionetas na escadaria da Casa da Cultura

Estão abertas as inscrições para assistir à peça de “Teatro D. Roberto” pela S.A. Marionetas - que irá decorrer no dia 25 de Julho, às 10.00 horas, nas escadarias exteriores da Casa Municipal da Cultura (Praça da República). Tem entrada livre e demora cerca de 30 minutos.

Os interessados em participar podem contactar da Divisão de Acção Cultural da Autarquia aveirense através do telefone 234 377 763 ou pelo email: cultura@cm-aveiro.pt.

“Teatro D. Roberto” - Originário da tradição europeia de marionetas de luva, que se julga ter tido a sua génese na Polichinelo da Comédia

Dell’Arte Italiana do séc. XVI, o Teatro de Robertos Portugueses mantém as características próprias desta forma de teatro tradicional. Tendo aparecido em Portugal no séc. XVIII, manteve-se quase inalterado até meados do séc. XX, altura em que entrou em decadência, muito por força da concorrência com formas mais contemporâneas de entretenimento popular. A S.A. Marionetas, tendo tido o privilégio do contacto directo com o Mestre António Dias, um dos últimos fantocheiros populares portugueses, recriou, a partir do seu testemunho, duas peças (O Barbeiro e a Tourada), que compõem o repertório deste espectáculo de rua. Pretende-se não deixar desaparecer o teatro de Robertos, enquanto herança cultural portuguesa.

FICHA ARTÍSTICA

Bonecreiro: José Gil
 Bonecos: Paulo Jorge e José Gil
 Guarda-roupa: Maria Luísa
 Desenho: Natacha Pereira
 Fotografia: J. Pesqueira
 Produção: S.A. Marionetas - Teatro & Boneco – © CMAveiro



Autarcas da Coligação denunciam que a freguesia de Penso St^o. Estevão está a viver um clima de mentiras

Os autarcas da Coligação “Juntos por Penso Sto. Estevão” vêm a público denunciar a inaceitável atitude do Presidente desta Junta de Freguesia, que mentiu deliberadamente à população.

Assim, o Presidente da Junta marcou em Abril de 2007 uma reunião urgente com os consumidores da água da Freguesia para lhes dizer que havia um acordo com a Câmara Municipal e a AGERE para aqueles que requisitassem a água desta Empresa terem a ligação ao preço de custo.

Em 25 de Junho, o mesmo Presidente de Junta escreveu um papel aos referidos consumidores sem qualquer validade, em que nem sequer apareciam os dados oficiais da Junta, dizendo para as pessoas pedirem à AGERE a ligação porque a Junta ia cortar a água.

Verifica-se, então, que as pessoas são apanhadas completamente desprevenidas e mais surpresas ficam quando, deslocando-se à AGERE, a administração da AGERE disse não saber de nada nem tampouco tinha feito acordo com ninguém.

No dia 28 de Junho último, na reunião pública mensal da Câmara Municipal de Braga, foi feito pelo signatário um pedido de esclarecimento sobre este caso ao Sr. Presidente da Câmara, Eng. Mesquita Machado, também Presidente do Conselho de Administração da AGERE, o qual respondeu dizendo que “não sabia de nada sobre este problema na Freguesia de Penso St^o. Estevão” e que “se o Presidente da Junta de Freguesia de Penso St^o. Estevão tivesse mentido o assunto tinha que ser esclarecido na Assembleia de Freguesia e não ali”.

Foram estas as palavras do Sr. Presidente da Câmara que o mesmo repetiu na mesma reunião quando interpelado pelos Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” dizendo desconhecer que houvesse hábito de praticar qualquer tipo de acordos preferenciais para a adesão de cidadãos ao abastecimento público de água nas diferentes Freguesias.

Como se isto não bastasse, foi também possível apurar junto de responsáveis da Delegação de Saúde, em esclarecimento prestado a algumas pessoas de Penso St^o. Estevão, que “o Presidente da Freguesia interpretou muito mal o que lhe dissera, e que não mandara tirar água nenhuma, muito menos exigir nada, apenas

aconselhara que fizesse um documento e que entregasse a todas as pessoas envolvidas no consumo de água”.

Em que ficamos, pois: o Presidente da Freguesia não sabe o que anda a fazer?

Ou não gosta de assumir responsabilidades, como vem sendo habitual!

Para que serve uma Junta de Freguesia que não quer lutar pelos direitos do povo?

Esta atitude já nada nos surpreende. Basta ver que o mesmo Presidente da Junta de Penso St^o. Estevão está há já mais de um ano para colocar 4 placares informativos em locais apropriados, para que o povo tenha conhecimento de problemas e outros assuntos que digam respeito à nossa Freguesia.

Este pedido foi feito pelos membros da Assembleia porque pensamos que os habitantes de Penso têm direito a ser informados, como

se passa nas outras Freguesias, mesmo que seja das mentiras do seu Executivo da Junta, como aconteceu no caso do abastecimento de água. - **DMP/St^o Estevão**

“Infomail” para todos os cidadãos de Braga, inserido na campanha “Já só faltam dois anos”

Os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga”, apoiada pelo PSD, enviaram para todos os domicílios do Concelho o infomail em anexo, que vem completar a Campanha de Outdoors “Já só faltam dois anos”, que foram colocados em vários pontos do Concelho de Braga.

Neste infomail, os Autarcas da Coligação aproveitam para divulgar directamente a toda a população os seus contactos e os horários do Gabinete de Atendimento da Vereação (todas as Segundas e

Quartas-feiras, das 11:00 às 12:30, na Câmara Municipal, Praça do Município).

De igual forma, Ricardo Rio aproveita para fazer um balanço do trabalho desenvolvido ao longo da primeira metade do mandato, ao mesmo tempo que enaltece alguns dos pilares da intervenção dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos por Braga”, em matéria de propostas apresentadas ao Executivo Municipal e de áreas prioritárias para a acção Camarária.

Tendo tido conhecimento de algumas falhas na distribuição por parte da empresa dos CTT à qual este serviço foi contratado, está neste momento a ser feito um levantamento exaustivo das mesmas, com vista à sua regularização imediata, de forma a que o infomail em questão possa chegar de facto a toda a população do Concelho.

- **CPS/PSD-Braga**

Renovada imagem da página Internet da Concelhia

A Comissão Política Concelhia do PSD de Braga renovou a imagem da sua página na Internet, que passa agora a contar com um novo endereço: www.psdbraga.com.

O objectivo desta renovação foi o de permitir uma mais fácil associação dos visitantes à página do Partido, onde poderão agora encontrar toda a informação sobre a actividade política Concelhia e sobre a vida interna do PSD.

Assim, o novo sítio do PSD de Braga disponibiliza informações sobre as diferentes iniciativas da Concelhia e a acção dos Autarcas nos diferentes órgãos municipais e nas Freguesias, facultando também a funcionalidade de pesquisa para uma mais precisa orientação para as áreas de interesse do visitante.

Também através do sítio do PSD de Braga, será possível subscrever a Newsletter electrónica do Partido, obter esclarecimentos da Secretaria ou remeter comentários ou questões aos órgãos Concelhios ou aos Autarcas do PSD.

Daí que, nas palavras da mensagem de abertura de Ricardo Rio, “**mais do que um mero Canal Informativo, pretende-se que este sítio renovado seja uma ponte de contacto entre o PSD e a população do Concelho, através do qual os Bracarenses nos possam fazer chegar as suas preocupações e sugestões, assim contribuindo para que possamos continuar a ser, ao longo dos próximos dois anos, uma Oposição que conhece os problemas, que discute as alternativas, que avança com soluções.**”

No domínio das informações internas, realce para o projecto de renovação da Sede Concelhia do Partido, para a possibilidade de inscrição de novos Militantes e para a apresentação de ligações para outras estruturas do Partido e organismos públicos a nível nacional e internacional.

- **CPS/PSD-Braga**





Local Porto

O computador roubado da sede distrital foi encontrado pela PSP e devolvido mas a base de dados desapareceu...

Um computador portátil furtado no dia 2 da sede distrital do PSD/Porto, foi encontrado pela polícia e devolvido ao partido, mas as bases de dados nele contidas perderam-se devido a uma reformatação do disco duro, segundo fonte social-democrata.

Citando informações policiais, o presidente da Distrital social-democrata, Agostinho Branquinho, refere que o presumível assaltante foi identificado quinta-feira e acrescenta que o computador foi recuperado e devolvido segunda-feira.

“O mencionado computador tinha o seu disco duro reformatado e toda a informação que ali existia, antes do assalto, tinha desaparecido”, sublinhou Agostinho Branquinho, em comunicado.

No dia do assalto, o dirigente social-democrata manifestou a sua “perplexidade” pelo facto de o alvo do assalto ter sido o computador onde se encontravam todas as bases de dados do PSD/Porto, designadamente relativas a militantes, autarcas, dirigentes e toda a gestão financeira da estrutura.

Em diversas salas da sede encontravam-se computadores, televisores LCD, scanners e outros equipamentos técnicos que não interessaram ao assaltante, assinalou também o dirigente.

Na altura, o líder do PSD/Porto criticou ainda a polícia por ter demorado sete horas a iniciar a investigação do assalto, ainda que declarasse que confiava “plenamente” no trabalho policial que iria ser desenvolvido.

No comunicado, Agostinho Branquinho endereça “os maiores elogios à PSP pela forma diligente e eficaz como desenvolveu a investigação”.

Assinala também que as forças policiais portuguesas “têm elevada capacidade de actuação (...) desde que lhe sejam proporcionados os meios técnicos e humanos necessários”, o que diz não acontecer no distrito do Porto. – **Fonte: Lusa, foto PL arquivo**

Automobilismo com nostalgia e o mais alto nível no glorioso “Circuito da Boavista”

A chuva, que ao longo de toda a manhã caiu no Porto, não foi suficiente para afastar os muitos espectadores que se deslocaram ao Circuito da Boavista, o qual, durante dois fins-de-



semana consecutivos, foi palco de uma dupla jornada de automobilismo ao mais alto nível.

A festa, servida em dose reforçada e com diversos aliciantes, terminou com o Grande Prémio Histórico do Porto, depois de, há uma semana, ter acolhido o Mundial de Turismo (WTCC). Apesar de nem tudo ter sido perfeito, como é natural e normal na organização deste tipo de eventos, esta dupla jornada teve o sucesso previsto, na senda, aliás, do que já sucedera há dois anos, quando a CMP decidiu fazer ressurgir o carisma do Circuito da Boavista, no contexto do automobilismo desportivo nacional e internacional, afirmando-o como «uma das marcas mais fortes da cidade do Porto», como Rui Rio teve ocasião de voltar a frisar, em tom de balanço.

Em termos de afluência de público, refira-se, a propósito, que o Circuito registou ontem, sábado, um número de espectadores superior ao registado no sábado anterior.

Hoje, mesmo à chuva, foram muitos os espectadores que não se intimidaram com a ameaça de S. Pedro, marcando presença, logo pela manhã, nas bancadas, numa atitude de grande paixão pelos automóveis e que mereceu, da parte da organização do evento, «um enorme respeito», como observou Rui Rio.

Uma iniciativa a prosseguir

Já com o sol a querer despontar e com uma temperatura amena, as pessoas correram ainda em maior

Sports Classics os seus pontos mais altos.

«O Porto possui esta marca muito forte, que temos de prestigiar cada vez mais, evitando, na medida do possível, cometer também cada vez menos erros e falhas», observou o Presidente da CMP, que considerou «inadmissível sob todos os pontos de vista não dar continuidade a este projecto».

Antes do cair do pano, tempo ainda para mais um último desfile de automóveis clássicos e para a derradeira exibição do Fórmula 1 da Red Bull, enquanto, no ar, um piloto executava as mais inacreditáveis acrobacias nos céus da Boavista, prenunciando assim a competição aeronáutica da Red Bull Air Race World Series, que terá lugar no próximo dia 1 de Setembro, sobre o Douro, na zona ribeirinha da cidade e que, por certo, constituirá um dos maiores eventos desportivos realizados em Portugal. – © **CM Porto**

Comunicado da CPR da Madeira

Assembleia da República, palco de mentira

Da Comissão Política Regional da Madeira e assinado pelo seu Presidente, recebemos, para publicação, o seguinte comunicado:

1. Mais uma vez a Assembleia da República foi utilizada pelo partido socialista, como palco de ataques contra o que os Órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira representam, em Portugal, de Oposição ao sistema político.

2. Para além da falta de coragem em debater directa e democraticamente com os políticos madeirenses, nos locais próprios, é utilizada a mentira sistemática, incluso, para o efeito, instrumentalizando a Região Autónoma dos Açores.

Em ambas as Regiões Autónomas, em termos de défice, a situação é a mesma. Há equilíbrio orçamental, existindo, sim, dívidas administrativas, tanto numa como noutra Região, apesar de, nos Açores e segundo o Tribunal de Contas, parte desta dívida não ter cabimento orçamental.

3. Acresce que os Açores são bafejados pelo apoio político-partidário de dotações do Estado socialista, incluso com verbas sonegadas à Madeira.

- Funchal, 13 de Julho de 2007, O Presidente da CPR/PSD-Madeira

Notícias de Setúbal

Estruturas dirigentes do PSD/Setúbal, visitam Pinhal Novo

Autarcas e dirigentes locais e distritais do PPD/PSD visitaram, Sábado, a Freguesia de Pinhal Novo.

Esta visita que se insere no programa de acção da Concelhia de Palmela do PPD/PSD, procurou dar a conhecer “algumas situações e carências que merecem acompanhamento por parte da oposição à actual maioria comunista” referiu o Presidente da PSD Palmela, Carlos Vitorino.

A visita iniciou-se na Zona da Estação onde os autarcas e dirigentes sociais democratas verificaram “da falta de visão, tanto dos responsáveis da Câmara como dos da REFER, no que se refere ao estacionamento, que é manifestamente insuficiente face à procura, o que faz com que as pessoas já deixem o carro no centro da Vila, criando também aí dificuldades acrescidas nos acessos aos serviços e ao comércio local”.

De seguida foi atravessado o jardim da Praça da Independência, a necessitar de uma intervenção da Câmara Municipal, devido ao seu aspecto pouco cuidado.

A parte final desta acção centrou-se no Mercado Municipal de Pinhal Novo, tendo os presentes visitado as antigas instalações e posteriormente verificado o estado lastimoso em que se encontram as instalações provisórias. Carlos Vitorino referiu, no que concerne ao antigo mercado “ser inconcebível que esta ruína tenha uma placa a referir que foi inaugurada em 1993, e em 2001 tenha o edifício sido encerrado por falta de condições”, isto é, na opinião do dirigente do PSD, “a prova de que a CDU não gere bem os destinos do concelho, pois as suas obras têm de ser feitas duas vezes”.

Nas instalações actuais, «provisórias» há já 6 anos, os sociais democratas contactaram com os operadores do mercado e da reforma agrária, que foram unânimes em reclamar da falta de condições com que se deparam. O cabeça de lista do PSD na Assembleia Municipal, José Bracinha Vieira, considerou “uma falta de respeito pelas pessoas”, o facto, alegado pelos operadores, do sistema de frio se encontrar avariado há várias semanas, sem que a Câmara Municipal resolva o problema.

Quanto ao projecto do Novo Mercado, Bracinha Vieira, referiu que “antes tarde que nunca” mas



espera que o novo projecto tenha em consideração uma série de pressupostos essenciais para que o novo mercado desempenhe com dignidade a sua função”, referindo ainda que “os autarcas do PSD na Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia irão acompanhar de perto a situação”.

No final da visita o presidente da concelhia, Carlos Vitorino referiu que “estas iniciativas são para continuar, pois é necessário que o partido comunista sinta que tem oposição, nem que seja para assim se sentirem compelidos a resolver os problemas da sua responsabilidade”.

- CPD/PSD-Setúbal

Notícias de Santarém

Reunião da Assembleia Distrital do PSD aprecia problemas relevantes para o Distrito



Reuniu, na tarde, no dia 14, em Santarém (no auditório do Instituto Português da Juventude), a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, onde têm assento os delegados eleitos por todas as concelhias do PSD do distrito, pela JSD, pelos Trabalhadores Sociais-Democratas e pelos Autarcas Sociais-Democratas, tendo-se decidido tornar públicas as seguintes conclusões finais:

1. No contexto das recentes notícias, sobre a organização do novo Mapa Judiciário de Portugal, que davam conta de algumas conclusões de um estudo – encomendado pelo Ministério da Justiça ao Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra – que apontava para o encerramento e a extinção de várias Comarcas no país e a eliminação do Tribunal de Trabalho da cidade de Abrantes, manifestar a sua pública e determinada oposição ao encerramento de qualquer Comarca ou Tribunal no distrito de Santarém, considerando insustentável a posição do Governo ao considerar admissível que, a curto prazo, tal possa já ocorrer com as Comarcas de Abrantes e Mação;

O PSD considera, por isso, essencial que alguns actores políticos do distrito de Santarém, com responsabilidades no Governo de Portugal – designadamente o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros Jorge Lacão e o Secretário de Estado Adjunto da Justiça José Conde Rodrigues – assumam publicamente as suas posições inequívocas e as suas responsabilidades decisórias sobre esta matéria;

2. Denunciar a actuação que alguns responsáveis políticos – nalguns concelhos do distrito, de acordo com os relatos do que aconteceu recentemente em Rio Maior e no Cartaxo – estão a ter na gestão do PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) da Segurança Social, orientando a sua decisão final – sobre os vários projectos candidatados – por critérios de natureza político-partidária que beneficiam claramente várias promessas eleitorais autárquicas do Partido Socialista.

O PSD considera que o objectivo para o alargamento da rede de equipamentos sociais é um factor determinante para o bem-estar e a melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias, pelo que não é admissível que o empenho e a determinação dos vários agentes sociais intervenientes sejam

susceptíveis de um crivo de natureza político-partidário que prejudica claramente a inventariação das necessidades locais e o mérito das propostas das instituições sociais;

3. Considerar muito bem sucedida a realização do 2º Encontro Distrital de Presidentes de Junta de Freguesia Social-Democratas (realizado, ontem, na vila do Sardoal), incentivando a Comissão Política Permanente Distrital para a realização e a continuação deste evento em 2008. Neste contexto, foi unânime a saudação aos candidatos da lista do PSD às eleições intercalares na freguesia de Ribeira do Farrio (a realizar em 5 de Agosto de 2007), no concelho de Ourém, manifestando o seu incondicional apoio à solução local que o PSD encontrou para este acto eleitoral. - CPD/PSD-Santarém

Actividades da JSD de Setúbal

JSD e Deputado do PSD reúnem com Representantes de Moradores e visitam Obras do MST em Almada

A Distrital de Setúbal da JSD, na pessoa do seu Presidente, Nuno Matias, e o Engº Luis Rodrigues, Deputado do PSD, deslocaram-se na 2ª feira, 16de Julho, pelas 11h às obras do Metro Sul do Tejo e reuniram com os representantes dos moradores daquela zona da cidade de Almada.

Esta visita/reunião vem no seguimento de queixas dos moradores sobre o evoluir da obra, queixas essas feitas no decorrer da última Assembleia do Cidadão organizada

pela JSD que reunião alguns Almadenses que se mostraram desgostosos com os problemas que este projecto tem trazido para a cidade, durante a obra, como certamente no futuro no que à mobilidade, acessibilidades e estacionamento diz respeito.

O ponto onde se deu o encontro com os representantes de moradores, foi na Rua Lopes de Mendonça nº7 (junto à Av. Bento Gonçalves).

«Assembleia do Cidadão» discute “metro” Sul do Tejo

Na continuidade de acções de esclarecimento, realizou-se uma reunião com cidadãos, pelas 21h, no Auditório dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas. Foi uma «Assembleia do Cidadão», em que o tema central foi o Metro Sul do Tejo.

Foi um espaço aberto à população

para colocar questões a autarcas e deputados à Assembleia da República, e onde se procurou avaliar o presente e o futuro do Concelho de Almada, especialmente num projecto estruturante que tem tido problemas de implantação no terreno, e que a JSD entende não tem corporizado as melhores soluções para a morfologia urbana da cidade.

– CPD/JSD/PSD-Setúbal



Comunicado dos TSD de Lisboa

«Quem se mete com o PS, “leva”...»

Esta frase foi proferida há já alguns meses por um importante militante do Partido Socialista, veio recentemente a ser corroborada pelos factos.

Na realidade, após mais de 30 anos de vivência em democracia, assiste-se actualmente a um apertado controlo governamental sobre a liberdade de expressão dos Portugueses.

Lembremos apenas três factos ocorridos recentemente:

1) Ministério da Educação

A instauração de um processo disciplinar e a suspensão, passados apenas 3 dias, de um professor por “delito de opinião” transmitido por um delator à Directora da DREN.

2) Ministério da Saúde

A exoneração da Directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho por não ter retirado atempadamente uma foto dum jornal com alguns comentários ao senhor Ministro da Saúde feitos por um médico do Centro.

A coordenadora da Sub-região de Saúde de Castelo Branco permitiu-se autorizar “A VIOLAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA PESSOAL”. É espantoso além de evidentemente ilegal.

O afastamento do Director do Hospital de São João da Madeira por discordância quanto a algumas das políticas de Saúde seguidas.

3) Primeiro-Ministro

Processou o autor de um blog por ter levantado dúvidas quanto à sua licenciatura na Universidade Independente.

Pode assim constatar-se “sem quaisquer dúvidas” que o governo socialista instaurou uma política de intimidação e de medo, de perseguição e intolerância, de saneamentos políticos e de fomento de delação entre os próprios trabalhadores.

Mas nada é de surpreender pois um deputado do Partido Socialista afirmou em plena Assembleia da República que os socialistas “GANHARAM AS ELEIÇÕES PARA NOMEAR PESSOAS”.

É pois bom ter em conta o alerta do senhor Presidente da República que hoje afirmou publicamente que: “É PRECISO MELHORAR A QUALIDADE DA DEMOCRACIA”.

Em consequência, os TSD/AML lembram que depois de cerca de 30 anos de liberdade e democracia temem vir a ser necessário “UM NOVO 25 DE ABRIL” - TSD/Lisboa



Abrantes

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Abrantes do PSD, para reunir no próximo dia 1 de Setembro (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua de S. Pedro, n.º 22, 1.º, Abrantes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30.

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos:

Ser apresentada por uma lista completa para cada órgão, contendo o nome, o n.º de militante e o número de bi de cada candidato.

Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

Ser acompanhadas de declaração de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.

Nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral só poderão votar e ser eleitos os militantes que, à data da eleição, se encontrem inscritos no PSD há, pelo menos seis meses e que tenham as suas quotas em dia, isto é, pagas até ao 10º

dia anterior ao acto eleitoral.

Em qualquer dúvida respeitar-se-ão os Estatutos Nacionais e o Regulamento Eleitoral.

Esposende

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção de Esposende para reunirem em Plenário no próximo dia 20 de Julho de 2007, (sexta-feira) pelas 21 horas, na sede do Partido, na Rua 31 de Janeiro, n.º11, em Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política e partidária;
3. Outros assuntos de interesse.

Marco de Canaveses

De acordo com o artigo 51º dos estatutos do Partido Social Democrata convoco a Assembleia de Secção para reunião ordinária no próximo dia 27 de Julho pelas 21h00 no auditório municipal junto à Câmara Municipal de Marco de Canaveses com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Análise da actividade do Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal
- 3 – Análise da situação política



CONSELHO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Alto Minho, a reunir no próximo dia 27 de Julho de 2007, pelas 21horas, na Sede da JSD Alto Minho, sita na Praça da Galiza, em Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Marcação do Conselho Distrital Eleitoral da JSD Alto Minho.

Nota:

Se não se verificar Quórum à hora marcada, o Conselho Distrital iniciarse-á às 21h30, com os Conselheiros Distritais presentes.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Guilherme Emílio)

ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção para o plenário a realizar no dia 24 de Agosto de 2007, pelas 22h00, na Sede da secção da JSD de Arruda dos Vinhos, sita em Casa do Campo, Alcambar, Ferro de Engomar, 2630 - Arruda dos Vinhos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Cadaval.

Nota: As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede da JSD de Arruda dos Vinhos. As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e listas de subscritores.

As urnas estarão abertas das 22h00 às 23h30, do dia 24 de Agosto de 2007.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Ricardo Machado)